

## VII Assembleia de Organização da Cidade de Lisboa

**14 de Maio 2016**

### I – INTRODUÇÃO

1.1. Os problemas da Cidade encontram-se intimamente ligados com a política aí desenvolvida e a que é realizada no plano nacional, assim como **são** indissociáveis da actual fase da crise estrutural do capitalismo.

1.1.2. A VII Assembleia da Organização realiza-se num período marcado, no plano internacional, pelo aprofundamento da crise estrutural do capitalismo. Após oito anos sobre o desencadeamento da eclosão de crise nos EUA, a situação económica e social neste país, na UE e no Japão, permanece caracterizada pelo crescimento anémico e pela estagnação – sob a ameaça da recessão e de novas explosões de crise –, no quadro da intensificação da exploração, do alastramento do desemprego e da precariedade, do aumento das desigualdades sociais, e do recrudescimento de forças de cariz fascista, da predação dos recursos e de uma cada vez maior concentração e centralização do capital e da riqueza.

1.1.3. No plano nacional, a eleição de Marcelo Rebelo de Sousa para Presidente da República constitui um factor negativo que suscita legítimas inquietações.

1.1.4. A derrota do governo PSD/CDS a 4 de Outubro de 2015 culminou um longo processo de luta dos trabalhadores e do povo português e é o elemento político de maior destaque destes últimos 4 anos.

1.1.5. Dando concretização à vontade popular expressa nas eleições legislativas de 4 de Outubro de 2015, e a partir da nova relação de forças políticas existente na Assembleia da República, foi possível encontrar uma solução governativa com a entrada em funções do governo do PS. Ficou assim aberta uma nova fase na vida política

nacional com condições mais favoráveis para responder a problemas imediatos dos trabalhadores e do povo português.

1.1.6. A possibilidade agora existente de dar passos, ainda que limitados, para inverter o rumo de declínio imposto nos últimos quatro anos (de que é exemplo o Orçamento de Estado para 2016, o qual, embora de forma muito ténue, tende a reverter as políticas de empobrecimento e exploração) torna ainda mais evidente a necessidade de prosseguir a luta por uma ruptura com a política de direita, e pela construção de uma política alternativa, patriótica e de esquerda. Uma luta ainda mais exigente para defender, repor e conquistar direitos, e que irá requerer, nos tempos mais próximos, uma ampla participação dos trabalhadores e das massas populares.

1.1.7. Apesar da gravidade dos problemas que continuam a atingir o povo, a Cidade e o País, nestes primeiros meses, entre outras conquistas, foi possível travar a concessão e privatização das empresas de transportes terrestres de passageiros (com especial destaque para a Carris e o Metro); repor os complementos de reforma roubados aos trabalhadores das empresas do Sector Empresarial do Estado; repor o direito das mulheres à IVG sem pressões nem constrangimentos; proteger a morada de família, face a penhoras decorrentes de execuções fiscais; estabelecer a gratuidade progressiva dos manuais do 1º ano do 1º Ciclo de Ensino Básico bem como a alteração das regras dos contratos de comunicações electrónicas e, ainda, eliminar o corte dos feriados roubados, pondo fim a quatro dias de trabalho não remunerado.

1.1.8. No entanto, Lisboa, não só continua a carregar as consequências de políticas de direita, dos sucessivos governos, com efeitos devastadores no seu tecido social e económico, como a maioria PS/Costa/Medina, nas opções e nos eixos fundamentais, tem continuado a dar expressão aos objectivos da política de direita na Cidade.

1.1.9. Se no plano nacional se prosseguiu um violento ataque ao Serviço Nacional de Saúde e à Escola Pública, aos serviços públicos, aos salários e pensões, quer através da redução dos rendimentos, quer do aumento dos impostos, no Município a maioria PS/Costa/Medina prossegue

os mesmos objectivos e concretiza idênticas opções.

1.1.10. A Cidade de Lisboa tem hoje 509.312 (\*1) habitantes, mas conta com uma população volante, diária, de mais de 1 milhão de pessoas, constituindo-se como o grande centro económico do nosso país.

1.1.11. A tendência dos últimos anos na Cidade é para uma perda anual de 1,5% (\*2) da população. Em dez anos perdeu cerca de 30 mil eleitores. É hoje a Cidade mais envelhecida do nosso país e a segunda capital mais envelhecida da Europa. 27,6% da sua população é idosa.

1.1.12. Os últimos dados do desemprego em Lisboa referiam uma taxa de cerca de 12%, (\*3) onde se destacam as freguesias com valores acima da média (Ajuda 16%, Beato 17%, Santa Clara 18% e Marvila 17%) e aquelas com valores abaixo da média (Avenidas Novas e São Domingos de Benfica 9%, Belém, Lumiar e Parque das Nações 8%).

1.1.13. A política desenvolvida na Cidade, servindo a especulação imobiliária, teve como consequência a sua descaracterização. No mercado de habitação, o aumento dos preços (cerca de 10% no período de um ano), tornou a sua aquisição inacessível à maioria dos que nasceram e cresceram em Lisboa.

1.1.14. Em simultâneo, a destruição progressiva da sua capacidade e vocação produtiva, a descaracterização social e cultural (de que são bons exemplos o estrangulamento do comércio tradicional e histórico) e a sua substituição pela opção única do turismo, está a elitizar a Cidade e a transformá-la num espaço exclusivo.

1.1.15. Consta do projecto do Partido para a Cidade: (1) Priorizar o interesse público sobre os interesses privados, defendendo as funções sociais do Estado (Saúde, Educação e S. Social) e promovendo o serviço público de qualidade; (2) Desenvolver a Cidade de modo a atrair empresas que criem emprego, diversificando os seus sectores económicos e a sua complementaridade, com destaque e foco no crescimento do sector produtivo, nomeadamente a indústria não poluente; (3) Planear a Cidade com um urbanismo participado e transparente, garantir a reabilitação

urbana do edificado, incorporando a definição de políticas habitacionais que, respondendo aos problemas dos Bairros Municipais, garantam o direito à habitação e ajudem a atrair mais população para Lisboa e a estancar a saída dos jovens que aqui nascem; (4) Dar prioridade absoluta ao transporte público de qualidade, com especial destaque para a melhoria do serviço prestado pela Carris, Metro, Transtejo e Soflusa, defendendo a intermodalidade e que estas empresas se mantenham na esfera pública, no âmbito do sector empresarial do Estado; (5) Dar primazia ao peão e desenvolver políticas ambientais sustentáveis que tenham em conta a eficiência energética, a qualidade do ar e o ruído, ampliando áreas e corredores verdes, preservando Monsanto e conservando os jardins e matas da Cidade enquanto espaços de todos; (6) Investir nos trabalhadores do Município, defendendo o emprego público, combatendo a precariedade dos vínculos e garantindo os seus direitos; (7) Apoiar e envolver o Movimento Associativo da Cidade, inserido numa política de promoção do desporto e cultura para todos. Esta política alternativa para a Cidade é o garante de uma Lisboa que preserva a sua história e características populares, potencia sua vida e assegura o futuro de uma Cidade de progresso e desenvolvimento para todos, proporcionando uma vida melhor para quem nela vive, trabalha e a visita.

1.1.16. A par da política de direita protagonizada nos últimos anos pelo PS, PSD e CDS no País, o rumo que o PS prossegue e concretiza ao nível do concelho concorre decisivamente para os resultados demográficos da Cidade. Uma política de desmembramento e esvaziamento dos serviços do Município, de ataque aos serviços públicos e ao emprego.

1.1.17. Os desenvolvimentos futuros da situação política, em particular a defesa, a reposição e a conquista de direitos, também no Município de Lisboa, são inseparáveis da luta e intervenção dos seus trabalhadores e do seu povo.

1.1.18. Hoje, com o recurso a métodos e instrumentos mais sofisticados e refinados, a política contra os trabalhadores e o povo é suportada por uma gigantesca ofensiva ideológica, que procura desmobilizar a luta e levar as massas populares ao conformismo.

1.1.19. No contexto da actual situação do País e da Cidade, estão colocadas grandes exigências ao colectivo partidário e reforçam a necessidade de uma intervenção diversificada e uma pronta iniciativa política, do desenvolvimento da luta de massas e do indispensável reforço do Partido.

1.1.20. As propostas do Partido para Lisboa não estão desligadas das propostas para uma política patriótica e de esquerda, cuja concretização integrada constitui a base fundamental para uma vida melhor na Cidade e no País. A renegociação da dívida; a valorização da produção nacional e promoção da vocação produtiva da Cidade, bem como a criação de emprego; a recuperação para o controlo público de sectores e empresas estratégicas; a valorização dos salários e pensões; a defesa dos serviços públicos e do emprego público no Município e defesa das funções sociais do Estado; a política fiscal que desagrave a carga sobre os rendimentos dos trabalhadores e das micro, pequenas e médias empresas e tribute fortemente os rendimentos e o património do grande capital amplamente sediado na Cidade de Lisboa; ou a rejeição da submissão às imposições do Euro e da União Europeia, recuperando para o País a sua soberania, económica, orçamental e monetária, são a afirmação da política que serve os interesses dos lisboetas, do povo português, da Cidade de Lisboa e do País.

## **1.2. Objectivos da VII Assembleia**

1.2.1. No que respeita ao reforço do Partido, importa trabalhar para concretizar as cinco direcções principais decididas pelo Comité Central: (1) Aumentar a capacidade de direcção, elevar a militância, alargar a responsabilização de quadros; (2) Promover o recrutamento concretizando a integração de novos militantes; (3) Dar mais força à luta de massas e à intervenção política, estruturar a organização e melhorar o seu funcionamento, dando prioridade ao reforço da organização e à intervenção do Partido junto da classe operária e dos trabalhadores, nas empresas e locais de trabalho, bem como a noutras áreas de intervenção; (4) Reforçar os meios de acção e intervenção do Partido quanto à imprensa, à informação e à propaganda; (5) Defender e reforçar a independência financeira do Partido.

1.2.2. Neste sentido, são objectivos da VII Assembleia de Organização da Cidade de Lisboa: (1) Reforçar o Partido e a sua ligação às massas; (2) Reforçar, intensificar e desenvolver a luta pela ruptura com a política de direita e pela construção da alternativa patriótica e de esquerda.

1.2.3. A VII Assembleia realiza-se no seguimento da VIII AORL e no ano do XX Congresso. Nesse sentido, constitui um ponto alto da reflexão de toda a organização da Cidade com o objectivo do reforço do Partido, condição necessária para dar resposta às exigências que a situação política nos coloca.

1.2.4. Reforçar a organização do Partido, prioritariamente nas empresas e locais de trabalho e também nas organizações locais. Aprofundar a sua estruturação, promover o recrutamento, desenvolver a política financeira, são condições indispensáveis para uma maior intervenção e influência do Partido nas organizações de massas.

1.2.5. Prestar contas do trabalho realizado, eleger uma nova direcção e, no âmbito da orientação geral do Partido, definir as linhas de trabalho para a sua concretização na Cidade.

## **II – LIGAÇÃO DO PARTIDO ÀS MASSAS e ÀS SUAS ORGANIZAÇÕES / LUTA DE MASSAS**

### **2.1.1 O Partido nas empresas e locais de trabalho**

2.1.1.1. Neste período entre Assembleias a ofensiva contra os trabalhadores acentuou-se com o aumento da exploração, a destruição de milhares de postos de trabalho, a desvalorização dos salários e a degradação das condições de vida e de trabalho, a generalização da precariedade, a manutenção dos falsos recibos verdes, o aluguer de mão de obra barata, o aumento do trabalho temporário e do desemprego, o embaratecimento do trabalho e a facilitação dos despedimentos, o aumento e a desregulação dos horários de trabalho, o corte nos feriados e no pagamento do trabalho extraordinário, o ataque à contratação colectiva, o desrespeito pelos direitos dos trabalhadores, o aumento da pressão, repressão,

chantagem e intimidação nos locais de trabalho e da ofensiva ideológica.

2.1.1.2. Excluindo os sectores da Administração Pública, da Banca, dos Transportes, das Comunicações, Água e Energia, da Hotelaria, da Vigilância e Limpeza e das Grandes Superfícies, grande parte dos trabalhadores de Lisboa trabalha para micro, pequenas e médias empresas (que constituem 99,8% (\*4) do tecido empresarial da Cidade, ou seja 93.076 empresas que empregam 595.242 trabalhadores (dados da Autoridade Tributária) com especial incidência na área do comércio e serviços. Existe uma grande variação das condições de trabalho e do valor da remuneração, e por norma, estes trabalhadores não são sindicalizados, o que dificulta a tomada de consciência de classe e política pelos trabalhadores e, conseqüentemente, a actividade do Partido.

2.1.1.3. Das principais empresas na cidade de Lisboa temos:

2.1.1.4. A INCM (Imprensa Nacional Casa da Moeda), onde os 609 trabalhadores em Lisboa, a par dos trabalhadores das empresas públicas, têm sido alvo de fortes ataques, estando não só os salários congelados, mas também as progressões nas carreiras. O Acordo de Empresa tem sido constantemente atropelado e está agora a ser negociada uma revisão dos Serviços Sociais onde o principal objectivo da Administração é a diminuição de direitos, tornando-os mais apetecíveis para as seguradoras através da imposição do plafonamento e de clausulado que visa restringir direitos dos beneficiários. Contra todos estes ataques os trabalhadores têm-se mostrado unidos fazendo frente aos objectivos da Administração e lutando pelos seus direitos, realizando diversos plenários dentro e à porta da empresa e participando nas lutas mais gerais.

2.1.1.5. Os quatro Estabelecimentos Fabris do Exército: OGME (Oficinas Gerais de Material de Engenharia), OGFE (Oficinas Gerais de Fardamento do Exército), MM (Manutenção Militar) e LM (Laboratório Militar), são unidades industriais estratégicas não só para as Forças Armadas como para todo o País, onde foram desencadeados processos de extinção e reestruturação aos quais os trabalhadores responderam com manifestações nos locais de

trabalho, em frente ao Ministério da Defesa Nacional, ao Conselho de Ministros, ao Chefe do Estado-Maior do Exército e à Presidência da República. Foi através da luta que se conseguiu que fosse reconhecido aos trabalhadores destes quatro Estabelecimentos o vínculo à Administração Pública e que a sua extinção não fosse total. A meio de Agosto do ano passado o governo PSD-CDS/PP ensaiou a destruição do último destes quatro Estabelecimentos, o Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos. E foi novamente através da luta dos trabalhadores, que essa intenção foi derrotada!

2.1.1.6. A Bruno Janz em Cabo Ruivo, empresa do sector operário com cerca de 186 trabalhadores e cujo salário mínimo é de 630€ brutos, onde há trabalho sindical e o Partido tem presença regular e contactos com trabalhadores.

2.1.1.7. A Xerox, também em Cabo Ruivo, com mais de 400 trabalhadores, na qual o Partido tem tido presença regular.

2.1.1.8. A Renault, também em Cabo Ruivo, agora reduzida a cerca de 50 trabalhadores, integrando também operários.

2.1.1.9. A Cerealis, responsável por marcas como a Milaneza e a Nacional, na qual existem 554 trabalhadores em três centros produtivos: Maia, Trofa e Lisboa. A fábrica de Lisboa situa-se no Beato e o trabalho é realizado por turnos de 8 horas, sendo a entrada desfasada dependente do serviço.

2.1.10. O Shopping dos Olivais, onde o risco de desemprego, a precariedade através de contratos ilegais, a falta de condições de segurança e higiene nos vários espaços, são situações às quais os trabalhadores têm respondido. Abaixo-assinados reivindicando mais direitos, melhores salários, contra a precariedade, denúncia de problemas nas lojas e da falta de condições de segurança e higiene foram lutas que se travaram e que deram força para subir o grau de resistência e luta.

## **2.1.2 Evolução e caracterização do Sector de Empresas da Cidade**

2.1.2.1. Desde a última Assembleia o Sector de Empresas passou por alterações, tendo sido criado

um organismo intermédio distrital para as empresas da Vigilância e Limpeza, Grandes Superfícies e Hotelaria, que deixaram de fazer parte do Sector.

2.1.2.2. O Sector de Empresas conta actualmente com 165 militantes, dos quais 109 estão nas células e sectores e 56 na célula dos reformados.

2.1.2.3. Os 109 militantes nas células e sectores do activo estão assim distribuídos: OGME: 4; OGFE: 2; Turismo: 4; Industrial: 5; Entrepósito: 2; Construção Civil: 1; INCM: 17; Comércio: 8; Editores Livreiros: 1; AIL: 3; Editorial Avante: 11; FIL: 1; Sismet: 4; Serviços: 31; Informática consultores: 2; Vários: 13.

2.1.2.4. Em termos de estrutura o Sector tem 6 organismos a funcionar: o organismo de direcção e o seu executivo, a célula dos reformados, a célula da INCM, o organismo para os serviços e vários e a comissão de fundos que, embora não reúna com regularidade, faz um trabalho regular e consequente.

2.1.2.5. No ano passado, o Sector recrutou 9 novos militantes, enquanto que em 2014 tinha recrutado 2. Os recrutamentos foram principalmente no sector dos serviços e na INCM.

2.1.2.6. A IV Assembleia da Organização do Sector de Empresas de Lisboa no passado dia 12 de Março traçou importantes linhas de orientação e de trabalho quer em termos de reforço do Partido, de estruturação do próprio Sector e de recrutamentos, quer em termos de ligação do Partido às massas.

### **2.1.3. A célula de empresa e a perspectiva de criação de novas células na Cidade**

2.1.3.1. A empresa e o local de trabalho devem estar no centro da acção política do Partido e a célula de empresa, a mais importante organização de base do Partido e elo de ligação fundamental aos trabalhadores, deve merecer a atenção do trabalho de direcção de todas as organizações.

2.1.3.2. A cidade de Lisboa tem 7 células de empresa com situações diferenciadas:

2.1.3.3. A célula da INCM que conta com 17 militantes e reúne regularmente, tem iniciativa e

um boletim próprio onde coloca as questões gerais e os problemas específicos da empresa.

2.1.3.4. A célula do Shopping dos Olivais tem tido um papel determinante na mobilização, resistência e luta dos trabalhadores, onde tem vindo a informar e a denunciar os atropelos constantes a quem trabalha diariamente neste centro comercial, editando um boletim bimestral e levando junto dos trabalhadores, muitos deles jovens e com contratos de trabalho precários, o apoio e as propostas do Partido.

2.1.3.5. A célula da Voz do Operário, composta por 29 militantes, apesar das dificuldades na realização de reuniões regulares, tem dado uma resposta positiva às tarefas que lhe são colocadas, nomeadamente na recolha de quotas e de contribuições para o Partido.

2.1.3.6. Existem dificuldades objectivas e subjectivas fruto da ofensiva sobre os trabalhadores, mas também dificuldades da nossa organização no funcionamento regular das outras células (AIL, Editorial Avante!, EFFAS) e na criação de novas células, que importa ultrapassar discutindo e definindo medidas adequadas, responsabilizando quadros e ganhando a organização do Partido para a importância deste trabalho.

### **2.1.3.7. Célula do Município de Lisboa**

2.1.3.7.1. A célula do Município de Lisboa conta hoje com 122 militantes, distribuídos por mais de 20 locais de trabalho.

2.1.3.7.2. Foi intensa a actividade da célula no período que decorreu entre Assembleias da Organização. A Célula realizou um conjunto significativo de iniciativas, sendo de valorizar a maior e melhor ligação aos eleitos autárquicos e a ligação destes aos locais de trabalho.

2.1.3.7.3. Após o processo da reforma administrativa na cidade e respectiva transferência de trabalhadores para as Juntas de Freguesia, verificou-se uma modificação nos locais de trabalho. No Município existem mais de 200 locais de trabalho, considerando a Câmara Municipal, as Juntas de Freguesia e as Empresas Municipais.

2.1.3.7.4. Desde Maio de 2012 que a Câmara Municipal de Lisboa tem sofrido significativas alterações; as referidas «reformas estruturantes» tiveram início com a reorganização/reforma administrativa de Lisboa e a reorganização dos serviços municipais, a dissolução da EPUL, a transição de novas competências e de trabalhadores para as Juntas de Freguesia e uma “nova” reorganização dos serviços municipais.

2.1.3.7.5. Um tempo de profunda desestabilização e afronta aos direitos dos trabalhadores, de desarticulação dos serviços e consequente degradação do serviço público que, no essencial, confirma a deriva neoliberal de ataque às funções do poder local, um esvaziamento na missão de prestação de serviço público, criando condições para a sua privatização, concessão ou externalização.

2.1.3.7.6. Desde Maio de 2012, dinamizados e mobilizados pelos comunistas da Célula do PCP e do seu sindicato de classe – o STML, os trabalhadores do Município de Lisboa participaram em muitos momentos e em diversos processos de luta, sectoriais ou gerais:

- Contra a política do executivo PS, em lutas intensas e prolongadas, estiveram os trabalhadores do Regimento de Sapadores Bombeiros contra a diminuição da capacidade de intervenção e socorro; os trabalhadores da Limpeza Urbana, em defesa dos postos de trabalho, por condições condignas de prestação do serviço público, contra a transferência forçada para as Juntas de Freguesia. Outras lutas, mais sectoriais ou pontuais, como a dos trabalhadores afectos às Oficinas de Manutenção e Reparação Mecânica pela valorização do trabalho; dos cantoneiros contra a degradação das condições de trabalho em algumas Juntas de Freguesia; dos trabalhadores do Castelo de São Jorge (EGEAC) em greve por melhores condições de trabalho, além da subscrição de diversos abaixo-assinados.

2.1.3.7.7. Comprova-se a intenção deliberada do executivo PS de desinvestimento e esvaziamento dos serviços municipais com o recurso à externalização, concessão ou mesmo privatização – fases diferentes mas integradas no mesmo processo – e são muitos os exemplos em diversos sectores: na gestão e manutenção de espaços e jardins públicos, na reparação das calçadas e

pavimento, na intervenção na rede de esgotos e saneamento, na organização da sinalização de trânsito, na manutenção dos espaços cemiteriais, nas oficinas e na imprensa municipal, nos equipamentos desportivos e culturais, na administração das plataformas informáticas, na exploração dos refeitórios e jardim-de-infância, e na própria limpeza urbana.

2.1.3.7.8. Da luta travada contra a transferência de trabalhadores para as Juntas de Freguesia, e não tendo sido alcançado o seu principal objectivo - reversão deste processo - foi possível, apesar de tudo, garantir importantes direitos dos trabalhadores. Para os trabalhadores que se mantiveram na CML, agora em serviços depauperados em termos humanos e materiais, a luta também não abrandou. Como fruto da luta, há que valorizar a celebração do ACEP, com a garantia de importantes direitos para os trabalhadores como as 35 horas semanais, entre outros.

2.1.3.7.9. Para os trabalhadores das Juntas de Freguesia evidenciaram-se muitos dos problemas denunciados, em 2012, com a degradação nas condições de trabalho e no serviço público prestado, limitações e deficiências crescentes em muitas Juntas de Freguesia, a perda de rendimentos, e a incapacidade dos respectivos executivos em avançar com obras de reabilitação das instalações, que há muito perderam a sua funcionalidade e habitabilidade, não cumprindo os requisitos mínimos em termos de saúde, higiene e segurança no trabalho.

2.1.3.7.10. Por outro lado, multiplicam-se as práticas persecutórias contra os trabalhadores, limitando-os no exercício dos seus direitos sindicais e o surgimento, com destacada dimensão, de contratos de trabalho precários.

2.1.3.7.11. Pela sua dimensão, o processo de transferência de trabalhadores para as Juntas de Freguesia coloca mais exigências à intervenção da Célula do Partido e um maior esforço para manter o acompanhamento regular. Saber ultrapassar estas condicionantes, representará no futuro imediato, um grande desafio.

2.1.3.7.12. O novo regime jurídico do sector público empresarial, aprovado pelo anterior governo PSD/CDS, introduziu alterações no

regime das Empresas Municipais, que obriga ao acompanhamento das suas actividades e objectivos face a desenvolvimentos que se venham a verificar no futuro em prejuízo da prestação de serviço público. Estas empresas, que contam com mais de 800 trabalhadores, desempenham funções essenciais do Município e devem merecer uma especial atenção na intervenção da Célula do Partido.

2.1.3.7.13. A reestruturação dos serviços da CML originou a transferência de mais competências para as Empresas Municipais e alterações no âmbito da sua intervenção. Nestes locais de trabalho existem dificuldades em manter a regularidade e mesmo a ligação aos membros do Partido que neles trabalham. Esta situação deverá ser alterada e devem ser encontradas soluções que passem pela definição da regularidade e de diversas formas de contacto, de modo a abranger o maior número de militantes.

2.1.3.7.14. A existência Comissões de Trabalhadores (CT) na EGEAC e na GEBALIS e o seu papel de esclarecimento junto dos trabalhadores demonstra bem a necessidade desta estrutura.

2.1.3.7.15. A intervenção dos comunistas no Município de Lisboa, que deverá contar com o envolvimento dos trabalhadores para a elevação da sua consciência de classe, deve estar orientada para as lutas gerais e sectoriais, acções contra a retirada de direitos e redução dos rendimentos dos trabalhadores, contra a degradação das condições de trabalho, em defesa do serviço público municipal de qualidade contra as tentativas de privatização.

2.1.3.7.16. No seguimento da sua AO em 2015, destacam-se os seguintes objectivos: (1) Dar particular atenção aos locais de trabalho: **Edifício** do Campo Grande, Complexo dos Olivais e Juntas de Freguesia; (2) Construir métodos de trabalho para o contacto directo com os militantes, dando regularidade aos núcleos, que os tornem mais apetrechados para a acção do Partido junto dos trabalhadores, na defesa dos seus direitos e dos serviços públicos, ao serviço da população; (3) Agir com vista ao recrutamento para o Partido, de 25 novos militantes até Dezembro de 2017; (4) Continuar a trabalhar para que os camaradas reformados sejam envolvidos na actividade

partidária no seu local de residência; (5) Para além da regularidade nas edições do *Boletim da Célula* e da *Célula Informa* em formato digital, são objectivos criar edições trimestrais de Folhas Informativas dirigidas aos trabalhadores do Campo Grande e do Complexo dos Olivais, e semestrais para os das Juntas de Freguesia.

#### 2.1.4. É orientação de trabalho:

2.1.4.1. Discutir em toda a Cidade a importância da organização do Partido nas empresas e locais de trabalho, continuando o levantamento do número de empresas da Cidade de Lisboa e a identificar as prioridades e as medidas a tomar para o reforço orgânico do Partido.

2.1.4.2. Persistir na orientação de organizar prioritariamente os militantes nos organismos de local de trabalho.

2.1.4.3. Alargar o número de empresas onde o Partido chega regularmente.

2.1.4.4. Discutir nas comissões de freguesia e zonas onde podem intervir com distribuições regulares de propaganda, contactos e recrutamentos, contribuindo para o reforço do Partido e a constituição de novas células.

2.1.4.5. Dar o apoio necessário às lutas específicas e ao reforço do Partido junto dos professores, articulando com o sector distrital específico que organiza e dirige o trabalho do Partido junto dos professores na Cidade de Lisboa.

2.1.4.6. Acompanhar e fortalecer o trabalho da Célula do Município de Lisboa, particularmente na ligação da célula aos trabalhadores, distribuídos pelos mais de 200 locais de trabalho.

2.1.4.7. Acompanhar e intensificar o trabalho da célula da INCM e a ligação da célula aos trabalhadores garantindo a sua unidade.

2.1.4.8. Acompanhar e aprofundar o trabalho da célula do Shopping dos Olivais.

2.1.4.9. Dar funcionamento regular às células da AIL, Editorial Avante, EFFAS e Voz do Operário.

2.1.4.10. Aprofundar o conhecimento e os contactos na Bruno Janz com vista ao recrutamento e à criação da célula da empresa.

2.1.4.11. Aprofundar a ligação no trabalho entre os eleitos nos diversos órgãos (AR, CML/AML, JF/AF) e os trabalhadores da Cidade de Lisboa.

### **2.1.5 Recrutamento a partir das empresas e locais de trabalho:**

2.1.5.1. Questão vital para o reforço do Partido, o recrutamento a partir das empresas e locais de trabalho é a fonte mais certa e segura para que novos militantes integrem as fileiras do Partido e as suas células de empresa, garantindo a presença do Partido não à porta, mas no interior das empresas, fortalecendo não só o Partido, mas também a luta dos trabalhadores. A VIII Assembleia da Organização Regional de Lisboa definiu como objectivo o recrutamento de 1000 novos militantes até à próxima AORL, em 2019, a organizar nas células de empresa.

2.1.5.2. Tendo em conta esse objectivo, a VII Assembleia da Organização da Cidade de Lisboa define como objectivo o recrutamento de 120 novos militantes até à próxima AOCL, a organizar a partir das empresas.

2.1.5.3. O recrutamento de novos militantes, através do levantamento de nomes de amigos, colegas, trabalhadores prestigiados e que se destacam na luta, delegados e dirigentes sindicais, é tarefa fundamental dos militantes do Partido, como o provam o exemplo da célula da CML e da INCM, para as quais entraram novos militantes, fruto do levantamento de nomes realizado pelas células.

2.1.5.4. A integração dos novos recrutados no trabalho geral do Partido, fazendo corresponder a cada militante um organismo e uma tarefa, é o passo seguinte neste trabalho.

### **2.1.6. O Movimento Sindical Unitário**

2.1.6.1. O forte compromisso de classe é o principal traço na caracterização do Movimento Sindical Unitário (MSU) e da sua intersindical de classe – a CGTP-IN, a par do empenho na luta em defesa dos direitos e aspirações dos trabalhadores. Esta é a marca distintiva de uma central sindical de classe.

2.1.6.2. No actual quadro político, será tanto mais possível abrir novas condições de recuperar e

conquistar direitos quanto maior for a acção e a luta concreta dos trabalhadores a partir das empresas e locais de trabalho; luta essa que será inevitavelmente convergente com a luta mais geral dos trabalhadores portugueses. Esta é uma tarefa fundamental que integra como principais objectivos: o aumento dos salários; a defesa da organização do horário de trabalho e a sua redução progressiva para as 35 horas para todos os trabalhadores; o combate à precariedade com a aplicação do princípio de a um posto de trabalho permanente, um contrato de trabalho efectivo; a defesa e aplicação dos direitos individuais e colectivos, designadamente os que estão consagrados na contratação colectiva.

2.1.6.3. As dificuldades objectivas, fruto da ofensiva do grande capital no plano político, ideológico e repressivo, vão continuar a condicionar o trabalho do Partido e do MSU. Assim, a célula de empresa deve acompanhar a evolução e os objectivos da sindicalização no âmbito dos respectivos sindicatos assim como o acompanhamento dos camaradas delegados sindicais e trabalhar para a formação de comissões sindicais e intersindicais, ao mesmo tempo que é determinante que todos os membros do Partido compreendam que o Sindicato nunca substituirá o Partido, bem como o Partido não substitui o Sindicato.

2.1.6.4. Os Sindicatos de classe são uma arma essencial dos trabalhadores para lutar pela resolução dos seus problemas imediatos e interesses de classe, pelo que é imperioso prosseguir reforçando o MSU, e é neste sentido que o trabalho sindical se torna uma das tarefas prioritárias da célula do Partido nas empresas e locais de trabalho, seja na sindicalização, seja na eleição de comunistas para a tarefa de delegados e dirigentes sindicais e representantes dos trabalhadores para a segurança e saúde no trabalho.

### **2.1.7. É orientação de trabalho para os comunistas no MSU:**

2.1.7.1. Desenvolver e aprofundar a acção reivindicativa nas empresas e locais de trabalho, unindo, organizando e mobilizando os trabalhadores para a luta em defesa dos seus

interesses de classe, resistindo à ofensiva e promovendo avanços.

2.1.7.2. Elevar a consciência de classe e política dos trabalhadores, alargando a sua compreensão para a indispensabilidade da elevação da luta de massas como meio determinante para o êxito da luta reivindicativa actual e a luta mais geral pelo fim da exploração capitalista e pela transformação da sociedade.

2.1.7.3. Contribuir para o conhecimento do Partido quanto à situação social nos locais de trabalho, do estado de espírito e da disponibilidade para a luta dos trabalhadores e para a divulgação junto destes da análise, propostas e projecto do Partido. É necessário trabalhar para o recrutamento e para todo o reforço orgânico do Partido.

### **2.1.8. As Comissões de Trabalhadores**

2.1.8.1. As Comissões de Trabalhadores (CT) continuam a ter, apesar da destruição do tecido produtivo, da precariedade, da repressão, da falta de liberdade dentro das empresas, da falta de meios e das limitações crescentes à sua actividade, um papel muito importante na unidade, acção e luta dos trabalhadores.

2.1.8.2. Existem hoje na Cidade de Lisboa, na área de intervenção das organizações profissionais da Cidade as seguintes CT: INCM, FIL, EGEC, GEBALIS, Entrepasto, realçando o papel da CIL na dinamização e organização das CT, importante na unidade e na coordenação da actividade das CT de grandes empresas com dimensão nacional ou pluridistrital e na dinamização e envolvimento das Sub-CT.

2.1.8.3. Alcançou um novo patamar um dos principais objectivos da direita, e que é precisamente o forte ataque às CT, procurando substituí-las por comissões de empresa ao serviço do patronato com o perigoso objectivo de ocupar o lugar dos sindicatos na negociação dos salários e direitos que só a eles cabe no âmbito dos acordos de empresa e contratos colectivos de trabalho.

2.1.8.4. É hoje mais claro que alguns activistas do BE, procurando inserir-se nalgumas CT de empresas da Cidade, têm tido papel semelhante ao da UGT no plano sindical.

### **2.1.9. É orientação de trabalho:**

2.1.9.1. Combater a ofensiva da direita com todas as nossas forças, esclarecendo os trabalhadores do logro e conluio do patronato, começando por apelar e encaminhar os trabalhadores e as CT para recusarem substituir os Sindicatos.

2.1.9.2. Continuar a lutar pela formação de CT compostas por elementos comprovadamente independentes em relação ao patronato e onde participem comunistas e seus aliados, promovendo a sã e necessária articulação entre o MSU e as CT.

## **2.2. Luta das Populações, suas organizações de massas e o papel do Partido**

### **2.2.1. Balanço da Luta e suas Prioridades**

2.2.1.1. As políticas de direita têm produzido um profundo impacto negativo nas condições de vida das populações. Nos últimos quatro anos, o anterior governo do PSD/CDS desencadeou um ataque massivo contra todas as conquistas de Abril e, sem qualquer pudor, retiraram-se direitos às populações que tinham sido conquistados por uma resistente e dura luta.

2.2.1.2. O reforço do Partido, o aprofundamento da sua ligação às massas e às suas organizações são essenciais para o desenvolvimento da luta das populações nas mais diversas áreas, como na Saúde, Transportes, Ensino e Educação, Cultura, Habitação, Segurança e Ambiente, assim como acções pela erradicação da pobreza.

2.2.1.3. Nestes quatro anos decorridos entre a VI e a VII Assembleia da Organização da Cidade, as populações nunca baixaram os braços e para além da participação em lutas mais gerais promovidas pelo movimento sindical, desenvolveram diversas iniciativas e lutas, como a recolha de milhares de assinaturas em abaixo assinados sobre diversos problemas, concentrações, ocupações, manifestações e cortes de estrada.

2.2.1.4. Pelo **Serviço Nacional de Saúde**, contra o encerramento de urgências, centros de Saúde e hospitais (com destaque para os Hospitais da Colina de Santana), contra a diminuição de horários, médicos e enfermeiros, contra o aumento das taxas moderadoras e por melhores instalações, em acções desenvolvidas pelo Partido e por

Comissões de Utentes de Saúde, em particular pela Plataforma de Lisboa em Defesa do SNS.

2.2.1.5. Por **Transportes Públicos** acessíveis a todos, contra o corte de carreiras da Carris, a redução de horários na Carris e Metro, a privatização dos elevadores da Carris e a tentativa de extinção de linhas de eléctrico, a deterioração das estações do Metro, a passagem a 4 carruagens na Linha Verde do Metro, o encerramento parcial da estação de Arroios, a redução do serviço, com menor circulação de comboios o aumento das tarifas e dos passes, e a tentativa de privatização das empresas de transportes de Lisboa, contra a vergonhosa e revanchista privatização da TAP; acções desenvolvidas pelo Partido e pela Plataforma dos Utentes dos Transportes.

2.2.1.6. Pelo **Ensino e Educação**, contra o encerramento de escolas, a diminuição de professores e pessoal auxiliar, por mais e melhor segurança, por obras e melhoramentos de instalações (Olivais, Graça/S. Vicente, P. Nações, Arroios e Beato) e pela remoção do amianto. Pela reposição do passe escolar, por mais e melhor acção social escolar, contra as propinas e contra a passagem das universidades a fundações públicas de direito privado. Entre estas também se destacam as lutas e iniciativas do movimento estudantil e juvenil e da JCP que se desenvolveram em torno de reivindicações específicas, nos ensinos Secundário e Superior. É de valorizar, designadamente, o papel das Associações de Estudantes na luta por mais condições nas escolas e faculdades.

2.2.1.7. Pela **Cultura**, por uma oferta e um dinamismo culturais ao alcance das populações, tornando acessíveis a estas os espectáculos dos teatros nacionais e municipais e incrementando o apoio aos restantes grupos e iniciativas das áreas da expressão teatral, musical e de artes plásticas, em acções do Partido mas também pelo Manifesto em Defesa da Cultura. Também contra o estrangulamento das iniciativas de índole particular, partindo das colectividades ou de outras estruturas informais do movimento associativo, e pela dinamização das Festas de Lisboa, em particular os Arraiais Populares; contra a privatização do Oceanário de Lisboa.

2.2.1.8. Pelo Direito à **Habitação** condigna para todos, nos bairros municipais e sociais

pressionando a autarquia e o IHRU a realizar obras, a melhorar os equipamentos existentes e a construir, pela legalização das habitações do Bairro da PRODAC/Vale Fundão, contra os despejos no Pátio da Quintinha/Ajuda, pela requalificação da habitação e das infraestruturas de águas e saneamento na Vila Dias/Beato e contra o aumento de rendas, em que tiveram papel fundamental as Associações de Moradores, resolver a situação indefinida das habitações da Cooperativa Boa Esperança e do Bairro de S. João de Brito em Alvalade. Pela conclusão da legalização das AUGI's (Áreas Urbanas de Génese Ilegal) que constitui uma oportunidade de reabilitação e de reconversão urbanística, promovendo nesses bairros melhores condições para proprietários e moradores através dos licenciamentos habitacionais e também da melhoria dos espaços públicos envolventes. Contra a nova lei do arrendamento, designada já como a lei dos despejos, com a realização de dezenas de sessões promovidas pelo Partido, a que se juntam outras realizadas pelas juntas de freguesia, colectividades, AIL e outras associações de inquilinos e que decorreram na Ajuda, Alcântara, Ameixoeira, Arroios, Belém, Benfica, Campo Ourique, Carnide, Campolide, Encarnação, Alfama, S. Vicente, Olivais e Avenidas Novas.

2.2.1.9. Pela **Segurança**, contra o encerramento de esquadras, pela abertura de novas e por maior policiamento nas ruas (polícia de giro e polícia de proximidade)

2.2.1.10. **Em defesa dos Serviços Públicos**, contra a privatização dos CTT e contra o encerramento das suas Estações, contra a degradação do serviço público prestado e o encerramento das Lojas do Cidadão na Cidade.

2.2.1.11. **Pelo Ambiente e Espaços Verdes**, em defesa da Água Pública, contra a privatização da EGF/Valorsul, pela defesa do Parque Florestal de Monsanto e contra concessões de espaços a privados, pelo Parque Urbano da Zona Oriental, Zona Ribeirinha, pela requalificação da Tapada das Necessidades, além de várias tomadas de posição públicas sobre aspectos relacionados com a qualidade do ar, urbanismo e risco inerentes, espaço público, entre outras ligadas à qualidade de vida urbana (com destaque para a marcha lenta contra a limitação de circulação nas zonas ZER).

2.2.1.12. Não existe outro caminho para a resolução dos problemas da população de Lisboa senão o da luta de massas, só assim será possível alcançar as suas legítimas aspirações.

2.2.1.13. As organizações locais do Partido; Organismos de Direcção de Zona, Comissões de Freguesia, Comissões Locais e Células de Bairro, devem centrar a sua actividade nos problemas das populações, conhecendo-os e discutindo-os, desenvolvendo, promovendo e dirigindo a luta pela melhoria das suas condições de vida.

2.2.1.14. O Partido deve ser o promotor e dinamizador da luta das populações, bem como dinamizando e incentivando à criação de estruturas em torno dos problemas concretos, em estreita ligação com acção e intervenção dos eleitos da CDU e do PCP aos vários níveis.

## **2.2.2 Comissões de Utentes**

2.2.2.1. As Comissões de Utentes são organizações que se constituem para intervir e lutar em torno de problemas concretos que são, muitas vezes, balizados no tempo. Têm sido muito importantes na mobilização das populações para as diversas lutas contra as políticas de ataque aos serviços públicos que na Cidade se localizaram, sobretudo, na área da Saúde e dos Transportes.

2.2.2.2. Existem obstáculos ao desenvolvimento do trabalho destas comissões, em resultado das características temporais das mesmas e das dificuldades de encontrar quadros que assumam este papel.

2.2.2.3. Verificando-se uma redução na sua intervenção, desde a última Assembleia destacam-se as acções da Comissão de Utentes da Maternidade Alfredo da Costa e as iniciativas desenvolvidas contra o encerramento dos Hospitais da Colina de Santana.

2.2.2.4. Não tendo tido acompanhamento com acções mais localizadas nas freguesias, a plataforma dos Utentes dos Transportes de Lisboa realizou diversas acções contra a degradação da oferta e o ataque sofrido pelas empresas de transportes da Cidade e a tentativa de privatização destas empresas, em particular a Carris, o Metro, a CP e a TAP.

## **2.2.2.5. É orientação de trabalho:**

2.2.2.5.1. Reforçar estas Comissões, em particular a dos Transportes Públicos da Cidade de Lisboa.

2.2.2.5.2. Criar Comissões de Utentes nos Centros de Saúde onde não existem, com a integração de mais camaradas das respectivas organizações e alargando o seu espaço unitário, dinamizando as lutas por melhores serviços de saúde na Cidade de Lisboa.

2.2.2.5.3.- Destacar mais quadros e camaradas para esta tarefa, com o objectivo de actuar de forma pró-activa e não de forma reactiva, intervindo e actuando de acordo com o conhecimento concreto dos ataques aos direitos e interesses dos utentes, desenvolvendo a acção em torno de problemas localizados (o transporte publico local, a inexistência de vários serviços públicos, a degradação da rua, etc), no bairro ou freguesia, mobilizando os utentes para a luta até à sua efectiva resolução.

## **2.3. Movimento Associativo e Popular**

### **2.3.1. Colectividades / Casas Regionais**

2.3.1.1. Em resultado das políticas levadas à prática pelo PS na CML, a vida associativa na cidade continua a regredir em todas as suas vertentes – cultural, recreativa e desportiva.

2.3.1.2. Muitas são as Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto que têm sido forçadas a fechar portas, fruto da política elitista da CML que privilegia o apoio aos grandes clubes e aos grandes eventos, em detrimento do Movimento Associativo de cariz popular, por não querer ter em conta o que este representa, do ponto de vista económico e social, para as populações, para os bairros e para a cidade.

2.3.1.3. As Colectividades e as Casas Regionais debatem-se com problemas sérios que condicionam a sua actividade: (1) o Regulamento de Atribuição de Apoios pelo Município de Lisboa continua a não dar uma resposta eficaz; (2) as taxas cobradas pela Câmara (de ruído, de ocupação de espaço) dificultam e, muitas vezes inviabilizam a realização de actividades próprias das Colectividades e Associações, levando-as a perder iniciativa; (3) o IMI penaliza fortemente as

que têm sede própria; (4) a nova a Lei das Rendas que as condenam ao despejo.

2.3.1.4. O Município de Lisboa, senhorio de um número significativo de Colectividades e Associações, não tem em conta a sua importância social e cobra rendas que, nalguns casos, se tornam incomportáveis, não fazendo na maioria das vezes as necessárias obras de manutenção.

2.3.1.5. A Reforma Administrativa da Cidade, protagonizada pelo PS e pelo PSD, foi mais um duro golpe para o Movimento Associativo Popular, tal como o PCP alertou. Desde logo, pela redução dos apoios das Juntas de Freguesia mas também porque reduziu a já escassa ligação da CML com as colectividades e a sua estrutura representativa – a ACCL, como se comprovou na preparação e realização das “Olissipiadas”, a cargo da CML e das Juntas de Freguesia, ficando para o Movimento Associativo o papel de “figurante” quando este devia ser o “actor principal”, tal como acontecia com os “Jogos de Lisboa”.

2.3.1.6. No entanto, não podemos deixar de ter em conta outras realidades que têm contribuído para o definhamento do Movimento Associativo: (quando entre 2001 e 2016 terão encerrado cerca de uma centena da Colectividades só na Cidade de Lisboa) a dificuldade na renovação das direcções provocada pelo fraco envolvimento de jovens na vida associativa nos bairros; (2) a falta de envolvimento nos problemas da comunidade em que se inserem e de empenho na sua resolução; (3) a falta de ligação e informação aos associados.

### **2.3.2. Trabalho do Partido no MAP**

2.3.2.1. Desde a VI Assembleia da Organização da Cidade não foi possível responsabilizar mais camaradas nas organizações, nem reforçar o Grupo de Trabalho da Cidade, nomeadamente com a participação de freguesias com forte implantação de estruturas associativas.

No entanto, com o reforço da nossa participação nos corpos sociais da Associação das Colectividades do Concelho de Lisboa – ACCL, nas eleições de Dezembro passado, abriu-se a possibilidade de maior e melhor intervenção com vista à defesa e desenvolvimento do trabalho do Movimento Associativo da Cidade.

2.3.2.2. A falta de preparação ideológica e de compreensão do papel dos comunistas na sociedade em geral e, no Movimento Associativo em particular, são os principais entraves ao desenvolvimento do trabalho do Partido nesta frente do trabalho de massas. A participação e discussão nos colectivos do Partido são determinantes para elevar a consciência do papel dos camaradas dirigentes.

### **2.3.2.3. É orientação de trabalho:**

2.3.2.3.1. - Responsabilizar, nas freguesias de maior concentração de colectividades e associações, um camarada para acompanhar esta frente de trabalho que integre também o Grupo de Trabalho da Cidade;

2.3.2.3.2. - Discutir, com regularidade, nos executivos das Zonas e Comissões de Freguesia, definindo prioridades de intervenção, o trabalho desenvolvido pelos membros do Partido nas colectividades e actualizar o conhecimento da situação de cada clube ou associação para melhor intervir;

2.3.2.3.3. - Promover acções de formação ideológica, na cidade, para camaradas dirigentes associativos, cabendo às zonas e freguesias o incentivo à sua participação;

2.3.2.3.4. - Melhorar o acompanhamento aos camaradas que fazem parte dos corpos sociais da ACCL e de outras estruturas do movimento associativo, com vista a elevar a intervenção política naquela estrutura e, conseqüentemente, junto das suas associadas.

2.3.2.3.5. Tomar medidas que invertam a actual situação nas Associações de Bombeiros, chamando ao Grupo de Trabalho da Cidade para o Movimento Associativo um camarada dirigente de uma Associação de Bombeiros.

### **2.3.3. Associações de Pais**

2.3.3.1. Desenvolveram-se em 2014 importantes lutas de pais e estudantes em torno da abertura do ano lectivo e da falta de professores, na Cidade e no Distrito. No entanto, por dificuldades várias, não conseguimos manter a dinâmica criada.

2.3.3.2. O deficiente acompanhamento e a falta de enquadramento dos camaradas nas Associações de Pais, reduz fortemente a possibilidade de uma acção organizada nesta frente de trabalho, pelo que é fundamental que tomemos medidas especiais de direcção e de responsabilização de quadros para inverter esta situação.

## **2.4. Bairros Municipais**

2.4.1. Os 73 (\*5) Bairros Municipais de Lisboa, não só pela expressão territorial mas, sobretudo, pelo número dos seus moradores (100 mil) e ainda pelas características da sua população, constituída maioritariamente por camadas mais desfavorecidas, e pela sua composição social e etária, devem merecer uma atenção especial e dirigida por parte das organizações locais do Partido na Cidade.

2.4.2. Têm sido vários os ataques ao direito à Habitação, em especial a legislação aprovada pelo anterior governo PSD/CDS com a nova Lei das Rendas e a Renda Apoiada, contra a qual o Partido na Assembleia da República tem apresentado nas várias legislaturas propostas de alteração à Lei da renda apoiada e que quer o PSD, CDS e PS têm constantemente rejeitado as alterações propostas que beneficiariam os habitantes destes Bairros, que possibilitaria a redução significativa do valor das respectivas rendas com base no valor líquido recebido pelos agregados familiares e não por valores absurdos nos quais são incluídos subsídios temporários, como sejam horas extraordinárias e outros subsídios.

2.4.3. A gestão do PS na CML não deu a resposta exigível aos inúmeros problemas que se continuaram a agudizar nos Bairros Municipais: carências de equipamentos (culturais, desportivos e sociais), de transportes públicos, de espaços verdes e de lazer, de serviços de apoio à comunidade (como farmácias, serviços médicos e de saúde, esquadras da PSP, serviços de higiene e limpeza municipal, multibanco) até à falta de conservação e manutenção do parque edificado onde se agravam irremediavelmente as condições de habitabilidade, no qual a GEBALIS não tem dado resposta à altura das necessidades.

2.4.4. As carências assinaladas são ainda ampliadas pela situação expressiva de abandono das “lojas municipais” que se perpetuam em

condição devoluta, com impactos assinaláveis na desertificação e insegurança da vida urbana adjacente, para além de impedir a mobilização de recursos capazes de proporcionar melhor oferta comercial à população e a criação de emprego, onde a falta do mesmo é grave factor de desestruturação das famílias aí residentes.

## **2.4.5. É orientação de trabalho:**

2.4.5.1. - Promover a criação de células nestes bairros, de forma a acompanhar os problemas das populações e apresentar as soluções, garantindo maior qualidade de vida para os seus moradores.

2.4.5.2. - Dinamizar a criação de associações de moradores, comissões de lote ou de rua (ou desenvolvimento das já existentes), tendo como objectivos centrais a exigência da recuperação do edificado, a melhoria dos transportes e dos acessos e a criação de locais de trabalho e de formação em actividades produtivas.

2.4.5.3. - Prosseguir a intervenção pela gestão e conservação do património habitacional Municipal, garantindo que a gestão dos bairros municipais pela GEBALIS seja feita em colaboração com as estruturas dos moradores.

## **2.5. Reformados**

2.5.1. A cidade de Lisboa continua a envelhecer. Tem hoje 27,6% de idosos para uma média nacional de 20,1%.

2.5.2. Esta camada social foi das que mais sofreu, nestes últimos anos, com a política de direita. A manutenção do congelamento das pensões desde 2009, os cortes nas pensões e, em especial, nas aposentações, os cortes nos subsídios de natal e férias, o pagamento em duodécimos, a redução dos escalões de IRS e o seu respectivo agravamento, levaram a um aprofundamento da desvalorização das pensões e reformas.

2.5.3. A par disto, o aumento do custo de vida e o apoio cada vez mais necessário à família levaram a uma multiplicação dos casos dos idosos que repartem o pouco que têm com filhos e netos, em idênticas e difíceis condições de vida.

2.5.4. Com o ataque ao Serviço Nacional de Saúde, pela continuação da degradação generalizada dos seus serviços e resposta, que na escalada privatizadora das funções sociais do Estado pelo Governo PSD/CDS, levou ao encerramento de hospitais, de serviços de urgência, de centros de saúde, mantendo-se a retirada do direito à isenção das taxas moderadoras e a isenção de pagamento do transporte de doentes, mais esta camada social se torna vulnerável, e vê dificultado o seu acesso aos cuidados essenciais de saúde.

2.5.5. No que respeita à mobilidade, a par da continuada degradação do serviço público de transportes, mantém-se a retirada do desconto de 50% no passe social.

2.5.6. Na Cidade, assistimos à proliferação de serviços de transporte porta-a-porta, garantidos por muitas Juntas de Freguesia, o que contribui para a desresponsabilização da Carris que hoje não responde às necessidades de mobilidade das populações, Paliativos que não resolvem os problemas de mobilidade no dia a dia, condenando os reformados e idosos a um isolamento cada vez maior (existem na cidade de Lisboa 85.000 (\*6) idosos em situação de isolamento, o que corresponde a 65% da população com mais de 65 anos).

2.5.7. Acrescenta-se que é hoje evidente que este isolamento foi agravado com a reforma administrativa levada a cabo na Cidade pela mão do PS e do PSD, extinguindo freguesias e, com elas, serviços públicos de proximidade capazes de contrariar a ideia de condenação dos idosos da Cidade ao abandono e ao isolamento.

2.5.8. Os reformados, ao longo dos últimos 4 anos, mobilizaram-se em defesa dos seus direitos, participando nas manifestações e concentrações da CGTP/IN, nas acções dinamizadas pela Inter-Reformados de Lisboa e nas diversas iniciativas do MURPI – na Marcha de Protesto de 2014, que juntou na Cidade cerca de 12 mil reformados, nas iniciativas e lutas relacionadas com o Dia do Idoso e em dezenas de tribunas públicas de protesto contra as medidas gravosas do Governo PSD/CDS, apelando à sua demissão, em defesa dos direitos dos idosos.

## **2.6. Movimento Associativo de Reformados e Idosos**

2.6.1. A falta de apoio ao movimento associativo tem levado à asfixia das estruturas de carácter cultural e recreativo também para a terceira idade. Identificámos 4 na cidade que, desde a última Assembleia, deixaram de ter actividade.

2.6.2. Ao mesmo tempo, assistimos à transformação de Associações de Reformados em IPSS, em substituição do papel do Estado central, com carácter assistencialista e objectivos lucrativos, reduzindo o carácter recreativo, cultural, lúdico e de consciencialização e reivindicação que esta camada social tanto necessita.

2.6.3. Do levantamento realizado desde a última Assembleia, identificámos 16 associações de reformados e 5 Universidades Sénior, das quais 7 já são IPSS, tendo o Partido influência em 3 (menos 4 que há 4 anos).

## **2.7. Organização e intervenção no Movimento Associativo de Reformados e Idosos**

2.7.1. Foram responsabilizados camaradas para esta frente de trabalho de algumas freguesias e de 2 das zonas da Cidade e foi constituída uma coordenadora de Reformados da Cidade que reuniu com alguma irregularidade.

2.7.2. Realizaram-se 8 plenários de reformados, 8 sessões em estruturas / associações vocacionadas para a terceira idade, e dois abaixo assinados - "*Queremos envelhecer com dignidade*", "*Há soluções, para os reformados e pensionistas, para o país!*" - e respectiva iniciativa de entrega no Ministério da Segurança Social em Novembro de 2014 e Outubro de 2015.

### **2.7.2. É orientação de trabalho:**

2.7.2.1. Dar regular funcionamento à Comissão de Reformados da Cidade e ir mais longe na responsabilização, em cada zona e freguesia, de camaradas por esta frente de trabalho.

2.7.2.2. Reunir com regularidade em plenário com os camaradas reformados das organizações, e avançar com a criação, principalmente nas

freguesias com mais de 100 militantes, de células de reformados que reúnam regularmente.

2.7.2.3. Garantir reuniões e acompanhamento regular aos camaradas integrados nas associações para que não sejam apenas um local de convívio, mas que, a par disso, tenham também um papel reivindicativo na defesa dos direitos dos reformados.

2.7.2.4. Procurar criar os espaços próprios de participação para os reformados, por via da responsabilização de camaradas por esta frente de trabalho, de forma a potenciar na acção quotidiana do Partido a disponibilidade deste imenso número de camaradas, dirigindo acções e iniciativas concretas para esta camada da população.

## **2.8. A Luta das Mulheres**

2.8.1. Apesar das mulheres serem praticamente metade do total dos trabalhadores da Cidade, e serem inclusive a maioria quando olhamos para o total da população residente, persistem sobre elas discriminações profundas: no salário (auferindo menos que os homens por igual trabalho), nos horários (aumentando o número de mulheres a trabalhar aos sábados e em trabalho nocturno), na precariedade (que cresceu, em particular, nas mulheres jovens), no desemprego. A pobreza e exclusão social grassam na Cidade, atingindo de forma mais contundente as mulheres idosas e as famílias monoparentais lideradas por mulheres. O aumento do tráfico de mulheres para fins de exploração laboral e sexual é um dramático fenómeno internacional visível também na cidade de Lisboa.

2.8.2. Na defesa dos direitos das mulheres e organizando-as para melhor lutarem pela sua emancipação actuam várias organizações em Lisboa. Este movimento de mulheres, unitário e progressista, que desenvolve acções e iniciativas em torno dos direitos laborais, sociais, económicos e políticos das mulheres merece atenção, acompanhamento e reforço das mulheres comunistas para a prossecução dos seus objectivos.

## **2.9. Pessoas com Deficiência**

2.9.1. Esta é uma área onde o trabalho desenvolvido pelas organizações do Partido na Cidade é quase nulo.

2.9.2. Na Cidade de Lisboa existem dezenas de associações de e para pessoas com deficiência, registando-se o maior número na zona Norte. Algumas das principais organizações de Pessoas com Deficiência têm as suas sedes localizadas na Cidade: CNOD – Confederação Nacional dos Organismos de Deficientes, APD – Associação Portuguesa de Deficientes e ADFA – Associação de Deficientes das Forças Armadas e ACAPO - Associação de Cegos e Amblíopes de Portugal. Outras têm delegações regionais de grande importância como é o caso da ANDST – Associação Nacional Deficientes Sinistrados do Trabalho.

2.9.3. O acompanhamento do trabalho na área da deficiência tem sido feito regionalmente, não retirando aos concelhos e freguesias a responsabilidade de dar a devida atenção e também acompanhar o movimento associativo da área da deficiência.

2.9.4. São muitos os camaradas que nas associações desenvolvem um profundo trabalho na mobilização das pessoas com deficiência para a luta. A luta das pessoas com deficiência contra a política de direita tem sido muito dura, de resistência à retirada de direitos por eles conquistados.

**2.9.5. – É orientação de trabalho** que as organizações na Cidade têm de dar maior apoio aos camaradas que nesta área desenvolvem actividade e ao mesmo tempo dar atenção à luta pelo direito a uma vida independente e pela igualdade de direitos no Trabalho, no Ensino, na Saúde, na Habitação, nos Transportes, na Cultura e Desporto, bem como na área das acessibilidades, que, para além da transversalidade a todas as áreas da vida, assume particular complexidade na Cidade de Lisboa.

## **2.10. Juventude**

2.10.1. A juventude é uma das camadas sociais que mais tem sido afectada pela política de direita. Os ataques constantes aos direitos fundamentais,

consagrados pela Constituição, têm promovido: (1) o condicionamento e limitação do acesso ao emprego com direitos, aumentando o número de trabalhadores-estudantes e do trabalho precário levando a que a taxa de desemprego seja a mais alta de entre os vários escalões etários; (2) a falta de universalidade no acesso à educação; (3) e um acesso cada vez menor e mais encarecido à habitação, à cultura e ao desporto.

2.10.2. Todos estes factores têm incentivado o aumento da emigração entre os jovens, na busca de melhores condições de vida.

2.10.3. Progressivamente afastados do centro da Cidade, grande parte da juventude reside nos bairros municipais, zonas altamente fustigadas pelas consequências da política de direita e pelas opções concretizadas no plano municipal.

2.10.4. Ao nível do Partido, embora participando e apoiando as lutas da juventude, em especial as mobilizadas pela Interjovem ou as das Associações de Estudantes, o trabalho nesta frente tem estado estagnado e sem intervenção efectiva nesta área. A JCP, instrumento insubstituível da ligação do Partido à Juventude, regista uma intervenção e acção positiva, tendo hoje intervenção regular em 15 escolas do Ensino Superior, em 10 Escolas do Ensino Secundário e numa escola do Ensino Profissional. Junto dos jovens trabalhadores a JCP está presente em 12 locais de trabalho.

#### **2.10.5. São orientações de trabalho:**

2.10.5.1. Criar condições para reforçar a ligação, articulação e cooperação entre o Partido e a JCP com vista à constituição e funcionamento da Comissão de Juventude da Cidade.

2.10.5.2. Melhorar a articulação do trabalho com a JCP, nomeadamente no que toca às linhas prioritárias de afirmação do Partido junto da Juventude, da acção e na passagem de militantes da JCP para o Partido.

2.10.5.3. Ter como prioridades de intervenção os Bairros Municipais, os locais de trabalho com elevada concentração de jovens, as colectividades e outras associações de carácter cultural e desportivo, promovendo a inserção dos jovens no movimento associativo em geral.

2.10.5.4. Procurar intervir melhor no plano do Conselho Municipal para a Juventude.

2.10.5.5. Recrutar e responsabilizar cada vez mais jovens no trabalho de organização, intervenção e direcção do Partido.

### **2.11. Imigração**

No município de Lisboa, a proporção da população residente de nacionalidade estrangeira é de 5,81%, acima da percentagem nacional (3,41%).

Nos Censos de 2011, as principais comunidades estrangeiras presentes na Cidade de Lisboa eram, a brasileira (33,96%), a cabo-verdiana (9,49%), a chinesa (7,45%), a angolana (5,67%). De acordo com o Diagnóstico do Plano Municipal para a Integração de Imigrantes de Lisboa de 2015, a maior concentração de população estrangeira localiza-se nas freguesias de Anjos, Benfica, Santa Maria dos Olivais e S. Jorge de Arroios. Esta realidade é parte integrante de uma Lisboa multicultural e reflecte-se hoje em muitas escolas onde existem crianças de dezenas nacionalidades diferentes.

A implementação de políticas migratórias de cariz selectivo, repressivo e criminalizador dos imigrantes, que não têm em conta o respeito pelos seus direitos e não valorizam o contributo do seu trabalho, agravaram nos últimos anos a já frágil condições destes trabalhadores e suas e suas famílias, mão-de-obra barata (com salários em média 15% mais baixos), desprovida de direitos e facilmente descartável, são das primeira vítimas do agravamento da situação económica e social.

### **2.12. Micro, Pequenos e Médios Empresários**

2.12.1. Nos últimos anos, a condição dos MPME's sofreu danos e recuos que estão à vista de todos: o encerramento de muitas destas empresas, em consequência do agravamento fiscal sobre os trabalhadores, reformados e pensionistas, suporte vital destas empresas, elevando o valor do custo de vida a níveis não suportáveis, conduziu ao retraimento do consumo. E devido também ao aumento dos impostos e dos custos de produção sobre os MPME's (IVA de caixa, taxas de utilização do terminal multibanco, pagamento especial por conta, IRC, prémios de seguros de

AT, água, energia, comunicações, entre outros), em benefício claro dos grandes grupos económicos e financeiros, donos das grandes superfícies comerciais. Os dados mostram que os MPME's constituem 99,8% (\*7) do conjunto empresarial nacional, sendo responsáveis por 78% do emprego existente.

2.12.2. Na Cidade de Lisboa, esta situação atinge enormes proporções, com a falência de muitas micro e pequenas empresas que laboravam nas áreas do Comércio, Restauração, Construção Civil e Serviços.

**2.12.3. É orientação de trabalho** reforçar a participação dos militantes comunistas que são MPME's nas estruturas associativas e organizacionais próprias desta camada, com destaque para a CPPME – Confederação Portuguesa das Micro, Pequenas e Médias Empresas, que ainda não conta com um núcleo na cidade de Lisboa; é necessário que as organizações locais encarem com mais importância esta frente de trabalho, procurando um contacto regular com os MPME'S da sua área geográfica, trabalhando para a organização dos MPME's num núcleo concelhio a criar.

### **2.13. Defender o Poder Local Democrático, Desenvolver a luta das populações**

2.13.1. A concretização do pacto de agressão que PS, PSD e CDS assinaram com a troika estrangeira proporcionou o maior, o mais profundo e diversificado ataque ao Poder Local Democrático. Pilar do Estado Democrático, tecido de proximidade e participação, foi duramente amputado de recursos humanos, técnicos e financeiros, com vista à sua descaracterização.

2.13.2. Foi com recurso à mentira que PSD e CDS, com a anuência do PS, que procuraram legitimar a destruição de mais de um milhar de freguesias no País e que, sob a liderança do PS, se liquidaram 30 freguesias na Cidade de Lisboa. Todo este ímpeto destruidor visa, a prazo, criar condições para a liquidação de algumas dezenas de municípios, tal como já defendem PS, PSD e CDS.

2.13.3. A pretexto do controlo da dívida pública, controlam-se, de facto, as opções e as políticas das autarquias e a sua acção ao serviço das populações

que as compõem, violando o princípio constitucional da autonomia do poder local, reduzindo-lhe os efectivos em pessoal, degradando-se a qualidade técnica dos serviços e a capacidade de enquadramento e direcção do trabalho, afastando as populações dos órgãos, reduzindo a representatividade, potenciando o nepotismo e a corrupção, diminuindo drasticamente a resposta aos problemas que afectam a vida das populações.

2.13.4. Embora o Orçamento de Estado para 2016 tenha posto fim às limitações na contratação na administração local por iniciativa do PCP, o mesmo não liberta as autarquias da brutal asfixia financeira, actualizando de forma insignificante as actuais verbas a transferir para o Poder Local. Ou seja, prossegue a diminuição do montante da participação nos recursos públicos que cabe às autarquias, a afectação de acréscimos de receita a fundos e outras formas de os sonegar à gestão autárquica, a elevação dos encargos existentes e a criação de novos encargos.

2.13.5. No plano da Cidade de Lisboa, tolhida que está a visão estratégica ao PS sobre o papel da Cidade no desenvolvimento da área metropolitana, da Região e do País, o actual mandato confirma que a maioria PS/Costa/Medina insiste no mesmo rumo de favorecimento da especulação imobiliária e da degradação dos serviços e do emprego públicos.

2.13.6. Para além da negociata com os terrenos do Aeroporto que permitiu ao governo privatizar a ANA, a CML prossegue a alienação do seu património, que se reveste de imenso valor estratégico para o município.

2.13.7. Como se não bastasse a criação da taxa de protecção civil que aumenta a carga fiscal sobre a população de Lisboa, foi criada a taxa turística que, ao contrário de promover a utilização dos dinheiros públicos para a satisfação das necessidades das populações e para a melhoria das suas condições de vida, o PS na CML utiliza-a para canalizar os dinheiros públicos para fins e interesses privados, como é exemplo o Fundo de Desenvolvimento Turístico, a gerir pela Associação de Turismo de Lisboa.

2.13.8. O anterior governo PSD/CDS prosseguiu uma política de alienação de património público

onde se destacam, na Cidade, os Hospitais da Colina de Santana, o Estabelecimento Prisional de Lisboa, e património do domínio militar, como é exemplo o Hospital Militar de Belém na Boa Hora, e recentemente concretizaram a venda do Hospital Militar da Estrela e o Hospital da Marinha. O PS/Costa /Medina no Urbanismo e na Reabilitação Urbana, tem permitido a alteração de usos e contribuído significativamente para a desertificação de uma parte da Cidade, afastando a população de origem, em especial na Baixa Pombalina e bairros históricos ao transformar prédios de habitação em hotéis e alojamentos destinados ao turismo e para outros usos que não o da habitação, ou quando o são, destina-os a camadas com rendimentos mais elevados.

2.13.9. Enquanto o anterior governo PSD/CDS acelerava os processos de privatização das funções sociais do Estado – sob o engodo da descentralização de competências da administração central para os municípios na área da Saúde, Educação, Segurança Social, Cultura e Transportes –, a maioria PS assistia impávida à degradação do serviço público de transportes na Cidade, tal como hoje hesita nessa reivindicação sob a batuta de um projecto megalómano para a 2ª circular, prometendo demagogicamente que esta é a solução mágica para a mobilidade na Cidade, quando esse projecto se distancia desse objectivo e quando ao mesmo projecto está associado o negócio de transferência de parte dos serviços aeroportuários para a Base Aérea do Montijo, cujas implicações quer no emprego quer na mobilidade em Lisboa não são negligenciáveis, mas sobre o qual a gestão PS/Medina nenhuns contornos revela.

2.13.10. O PS na CML prossegue e concretiza uma política de desmembramento e esvaziamento dos serviços do Município, cujo processo teve início com a reforma administrativa da Cidade de Lisboa, que teve como resultado a transferência de cerca de 1300 trabalhadores para as juntas de freguesia, número que só não atingiu os 1800 previstos devido à intensa luta dos trabalhadores e do Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa, onde se destacou também a intervenção dos eleitos do PCP e da CDU na AML, CML e Assembleias de Freguesia.

2.13.11. Esta transferência de trabalhadores traduziu-se em efeitos gravíssimos na eficácia dos

serviços do município, em especial na remoção dos resíduos sólidos, na conservação dos passeios, pavimentos e arvoredo e conseqüentemente na qualidade do serviço público prestado.

2.13.12. Também as Juntas de Freguesia vivem uma realidade até aqui desconhecida, com mais competências e mais trabalhadores. Aumentaram as dificuldades de gestão dados os constrangimentos legais, e mesmo que o OE 2016 inscreva o aumento do número de eleitos a tempo inteiro à custa dos parcos orçamentos das Juntas, esta medida, por si só não resolve o problema. Perante as reais e actuais situações, nomeadamente a falta de trabalhadores, as Juntas de Freguesias avançam com processos de contratação precária e no caso concreto das Avenidas Novas o avanço para a privatização de serviços de limpeza urbana na freguesia. Hoje, a situação dos trabalhadores das JF é muito preocupante: além dos problemas acima referidos verifica-se ainda enorme carência de condições de trabalho.

2.13.13. Desde que o PS está à frente da CML o mapa de pessoal do Município de Lisboa teve uma redução de mais de 1200 dos postos de trabalho previstos, aos quais se somam os que transitaram para as JF, perfazendo uma redução total de cerca de 2500 postos de trabalho.

2.13.14. A par deste ataque aos serviços municipais, existe um claro desinvestimento na Cultura, tendo transferido recentemente museus e outros equipamentos culturais para a EGEAC, sem que se conheça a estratégia efectiva para a empresa e se constate a ausência de uma política cultural para a Cidade.

2.13.15. O mesmo acontece com as áreas da Educação e do Desporto, onde a maioria das competências e equipamentos transitaram para as juntas de freguesia, concretizando assim a política de desresponsabilização da CML também nestas áreas.

2.13.16. Com este rumo, os serviços do Município estão a ser reduzidos a uma central de decisão de grandes negócios e especulação urbanística, como de resto já vem a acontecer com o negócio do Aeroporto, o acordo com a Braga Parques, relativo ao Parque Mayer, e as sucessivas hastas públicas.

2.13.17. Nos cerca de oito anos de gestão do PS/Costa/Medina a repavimentação das vias e a melhoria da rede viária da Cidade permanece em grande medida uma miragem, sendo em zonas centrais muito má, ao mesmo tempo que são hoje alvo de uma propagandística intervenção com vista às eleições de 2017.

2.13.18. O trânsito, os semáforos e estacionamento continuam um caos; os Bairros Municipais são alvo de dezenas de estudos e regulamentos mas no terreno nada é feito para resolver os problemas que afectam a vida dos moradores; a limpeza urbana e a lavagem das ruas é hoje uma imagem de marca imensamente negativa deste executivo PS na Câmara.

2.13.19. O tempo tem vindo a dar razão ao PCP, de que a maioria PS na CML não resolveu, nem resolve, os principais problemas da Cidade e reafirma-se que em tudo o que é estratégico, o entendimento entre o PS e o PSD é total: aprovação de planos e orçamentos e aprovação do PDM, assim como a nova estrutura orgânica dos serviços municipais.

2.13.20. Nunca como hoje se deve afirmar e defender o Poder Local Democrático como pilar do regime democrático construído com Abril, mobilizando as populações para a luta que se trava quotidianamente.

#### **2.14. A Luta das Populações, o papel e a acção da organização do Partido e dos seus eleitos:**

2.14.1. A luta de resistência dos trabalhadores e populações contra as medidas económicas e sociais, na Saúde, Educação, Habitação, Transportes, contra a privatização de Serviços Públicos foi acompanhada pela denúncia, combate e propostas dos nossos eleitos na CM, AM e Assembleias de Freguesia e nos executivos de Junta – caso de Alcântara e Alvalade – (cujo o actual mandato conta na CML: com 12 moções, 15 propostas, 2 recomendações, 90 requerimentos, 164 perguntas e 23 reuniões com munícipes e entidades; com temas tão diversos quanto as condições de trabalho no Município, os Hospitais da Colina de Santana, os Espaços Verdes, o Trânsito, os Transportes, a Reabilitação Urbana ou no encontrar de solução para reinstalação da Feira Popular; na AML: 238 intervenções, 15 iniciativas, 45 moções, 35 recomendações, 64

perguntas, 32 requerimentos; nas Freguesias: centenas de intervenções sobre problemas específicos e moções sobre o 25 de Abril, o 1º Maio, a luta dos trabalhadores, os Orçamentos de Estado, a transferência de competências para as Juntas, entre outras).

2.14.2. Os eleitos da CDU, efectuando a necessária articulação da sua intervenção com a luta de massas têm, nos vários órgãos institucionais (Juntas de Freguesia, Câmara Municipal, Assembleia da República e Parlamento Europeu), pautando a sua intervenção pelos princípios do trabalho, honestidade e competência.

2.14.3. Nos vários órgãos têm sido os nossos eleitos a levantar a voz em defesa do interesse público, dos trabalhadores e populações, propondo políticas alternativas.

2.14.4. O combate à política de direita é, assim, uma linha a prosseguir em todos os órgãos onde intervimos, com destaque para o papel que têm os eleitos do Partido. O aprofundamento desta linha de trabalho implica que tudo o que afecte a vida dos trabalhadores e populações deve ser alvo da nossa atenção, transformando os problemas em intervenção, proposta e luta para a sua efectiva resolução. Da população para os órgãos, dos órgãos para a população.

2.14.5. A defesa intransigente dos trabalhadores, do serviço público e das populações implica uma política de mobilização e participação activa no quadro da democracia participativa que defendemos. Para concretizar este trabalho não basta a acção nos órgãos autárquicos, sendo necessário apoiar a organização da população em Comissões de Utentes, Comissões de Luta, Associações de Moradores ou outras estruturas e organizações de massas.

2.14.6. No imediato, tem de ser desenvolvida e intensificada a luta em defesa dos transportes públicos de qualidade na Cidade, em especial para a necessidade de um melhor e mais eficaz serviço prestado pela Carris e pelo Metro, a par da luta em defesa de outros serviços públicos essenciais – tais como a Saúde ou a Escola Pública.

#### **2.15. Eleições Autárquicas de 2017**

2.15.1. Nas eleições de 2013 a CDU alcançou mais votos, mais percentagem e elegeu mais um vereador em relação às eleições autárquicas de 2009.

2.15.2. Com um PSD desgastado pela luta contra a política de esbulho e saque desenvolvida no plano nacional, e não tendo por isso conseguido apostar forte nestas eleições na Cidade de Lisboa, o caminho ficou desde o início mais fácil para a reeleição de António Costa/PS, agora reforçados formalmente com inclusão directa nas suas listas do movimento da Roseta/Cidadãos independentes. Contando sempre com o apoio da comunicação social dominante, permitiu ao PS/Cidadãos Independentes reforçar a sua maioria absoluta, alargando-a à Assembleia Municipal.

2.15.3. A CDU manteve-se como importante força autárquica na Cidade, com 2 vereadores, 6 eleitos na Assembleia Municipal e, mesmo com a reforma administrativa da Cidade e a liquidação de 30 de freguesias a régua e esquadro, a CDU elegeu 63 eleitos directos nas Assembleias de Freguesia e garantiu 1 presidência de Junta – Carnide.

2.15.4. Seja qual for o quadro em que se disputem as eleições autárquicas de 2017, o PCP apresentar-se-á no quadro da CDU às eleições com o objectivo de aumentar o número de votos e mandatos, mantendo a presidência de Junta de Freguesia de Carnide e procurando alcançar outras maiorias nas freguesias da Cidade.

2.15.5. A CDU apresentar-se-á como a força alternativa que o povo e a Cidade de Lisboa precisam e merecem, sendo no entanto, desde já, orientação de trabalho alargar os contactos e o envolvimento com independentes, dinamizando o espaço de intervenção e acção da CDU.

2.15.6. São já demasiados anos de política de direita na Cidade, seja pela mão do PSD/CDS (Santana Lopes/Carmona Rodrigues), seja pela mão do PS/Costa/Medina. Demasiados anos que reflectem a degradação da vida na Cidade.

2.15.7. A CDU como grande força política enraizada nas populações e nos bairros afirmar-se-á como a força da mudança necessária para a Cidade de Lisboa.

### **2.15.8. É orientação de trabalho:**

2.15.8.1. - Continuar a afirmar em toda a cidade o projecto da CDU, o que deve ser feito por toda a organização do Partido, através da ligação às populações e do desenvolvimento da luta.

2.15.8.2. - Reforçar ao nível da Cidade, Zonas e Freguesias o trabalho colectivo, mantendo a inserção dos eleitos na direcção do trabalho e reunir regularmente para informação e coordenação da actividade e intervenção dos eleitos da cidade.

2.15.8.3. - Melhorar a coordenação entre colectivos municipais, comissões de freguesia e organismos de direcção, melhorando as possibilidades de intervenção sobre os problemas da Cidade.

2.15.8.4. - Organizar planos de visitas nas freguesias, para contacto com a população e conhecimento dos problemas, e nessa sequência, preparar e apresentar propostas sobre esses problemas quer nas Assembleias de Freguesias, quer na CML e na AML, acompanhando essas propostas de tomadas de posição junto das populações.

2.15.8.5. - Reforçar a propaganda e a informação do Partido e da CDU na Cidade, aumentando a divulgação das tomadas de posição sobre os problemas concretos, quer a partir do Gabinete na Câmara e da Assembleia Municipal, quer a partir da iniciativa própria das organizações locais

## **III – O PARTIDO**

3.1. Desde a VI Assembleia da Organização que os comunistas na Cidade foram chamados a uma intensa actividade que, integrada na acção mais geral do Partido, respondeu à luta contra a política de direita do anterior governo do PSD/CDS e às tarefas que se colocaram a partir da própria organização na Cidade.

3.1.1. Neste período, os trabalhadores da Cidade foram chamados a desenvolver fortes acções de luta, salientando-se neste quadro a forte luta dos trabalhadores do Município de Lisboa em defesa dos seus direitos e do Serviço Público.

3.1.2. Em simultâneo, a par da luta mais geral e da resposta às tarefas do reforço orgânico do nosso Partido, desenvolveu-se a luta em torno de problemas criados pela gestão do PS na CM com reflexo na vida das populações, em torno de reivindicações concretas nos Transportes e na Saúde.

### **3.2. Caracterização da Organização do Partido na Cidade**

3.2.1. Desde a VI Assembleia, foram dados importantes passos no plano orgânico, com a responsabilização de novos quadros, a realização de Assembleias de Organização, incluindo de um conjunto significativo de organizações de base.

3.2.2. É de salientar que, apesar dos avanços verificados na estruturação do Partido, eles continuam a ser insuficientes.

3.2.3. No balanço da organização realizado no final de 2015, a Cidade de Lisboa contava com 2266 militantes. Destes, 14% estão organizados no Sector de Empresas da Cidade e na Célula do Município de Lisboa e 86% estão organizados nas zonas e freguesias. Contávamos ainda com 14,17% de actualizações por realizar.

3.2.4. Uma análise aos traços essenciais da organização na Cidade de Lisboa, permite constatar: (1) que se mantém a natureza de classe do Partido, com uma composição social de 70% de operários e empregados; (2) que continua a verificar-se uma descida numérica e percentual do grupo social de operários industriais, que se prende essencialmente com a destruição do aparelho produtivo e que continua a ter reflexos na organização do Partido; (3) que, no conjunto dos militantes, verifica-se um ligeiro aumento de intelectuais, quadros técnicos e estudantes, havendo ainda uma manutenção do número de Pequenos e Médios Empresários.

3.2.5. Na composição etária, destaca-se o aumento da média etária da organização, com mais de 50 anos temos 78% da organização, destes 56% têm mais de 64 anos; contamos até aos 30 anos com 4% de militantes; dos 31 aos 40 anos com 8,4%, e dos 41 aos 50 anos com 8,8%. Verificaram-se ligeiros aumentos nas faixas etárias entre os militantes com menos de 21 anos e dos 21 aos 30 anos.

3.2.6. A composição por sexos mostra que os homens representam 59,4% e as mulheres 40,6%, revelando-se uma tendência para o aumento do número de mulheres.

3.2.7. Foram recrutados na cidade de Lisboa desde a última Assembleia (Maio 2012) até final de Fevereiro de 2016, 188 novos militantes, sendo que 24 foram realizados a partir da Célula do Município, 17 do Sector de Empresas e 143 das Zonas e Freguesias. Destaca-se o esforço feito pelas organizações, havendo, no entanto, que continuar a melhorar o nosso trabalho, considerando esta tarefa como uma preocupação permanente, essencial e crucial para o reforço e rejuvenescimento do Partido.

3.2.8. Verificou-se neste período entre assembleias uma diminuição de organismos do Partido, fruto da nova estrutura da Cidade.

### **3.2.9. É orientação de trabalho:**

3.2.9.1. Continuar e aprofundar a estruturação do Partido, criando nas freguesias com maior número de militantes organismos de base, núcleos ou células, de forma a aproximar o organismo dirigente da freguesia dos seus militantes.

3.2.9.2. Criar, onde houver condições, células de reformados tendo em conta o peso desta camada social na organização, de forma a potenciar a sua disponibilidade para as tarefas do Partido.

3.2.9.3. Dar especial atenção ao recrutamento, cuja meta para 2016 é de 86 novos militantes, particularmente trabalhadores, jovens e mulheres, inserindo-os no trabalho colectivo e atribuindo-lhes tarefas de acordo com a sua disponibilidade.

3.2.9.4. Criar condições para a realização de Assembleias de Organização, dando prioridade àquelas onde há muito não se realizem e criando condições para as realizar de forma regular de 3 em 3 anos.

3.2.9.5. Dar regular funcionamento à Comissão de Organização da Cidade.

3.2.9.6. Contactar todos os militantes que ainda não tenham a sua ficha actualizada, com vista à elevação da sua militância e ao contacto e cobrança regular da sua quotização.

### **3.3. O Trabalho de Direcção**

3.3.1. Os últimos quatro anos foram de uma imensa exigência para a organização de todo o Partido. Foi num quadro de intensas batalhas políticas e eleitorais que o trabalho de reforço orgânico, ainda que com insuficiências, foi sendo levado a cabo; um trabalho de uma enorme exigência aos vários níveis da nossa estrutura a que a mesma deu resposta positiva.

3.3.2. Embora se faça na generalidade uma avaliação positiva do trabalho, o mesmo não significa que não persistam e existam, ao nível da actual estrutura, organismos que não respondem.

3.3.3. O Organismo de Direcção da Cidade teve nestes quatro anos uma actividade regular reunindo de dois em dois meses, nem sempre com a participação necessária de alguns dos seus membros; situando-se a média de participação pouco acima dos 60% por reunião.

3.3.4. Tendo mantido o Executivo alguma estabilidade, o Secretariado teve significativas alterações na sua composição ao longo destes últimos quatro anos, nomeadamente devido à morte de 2 camaradas e à rotação de quadros funcionários na ORL, constituindo-se estes órgãos fundamentais na dinamização da actividade e acção do Partido no desenvolvimento da luta, na formação ideológica, na política de quadros e nos fundos do Partido.

3.3.5. Revela-se necessário continuar a reforçar o acompanhamento de quadros e a política financeira, em especial a quotização e o controlo de execução.

3.3.6. Quanto aos organismos de direcção de Zona, o Sector de Empresas e a Célula do Município de Lisboa, fundamentais ao trabalho do Partido na Cidade, deram neste período um importante contributo. No entanto, continuamos a necessitar de envolver no trabalho mais quadros intermédios vindos das empresas e dos Bairros, dotando os organismos de uma maior capacidade de resposta aos problemas políticos que se colocam nas áreas em que intervêm e reforçando a ligação à base do Partido;

3.3.7. As Comissões de Freguesia têm um papel essencial na estrutura de direcção mas nem todas

assumem o seu papel na ligação aos militantes e na intervenção e iniciativa política. Este trabalho deve ser assumido por cada camarada deste organismo nas suas áreas da sua responsabilidade. Há uma necessidade urgente de rejuvenescimento das comissões de freguesia.

3.3.8. Por representarem um elemento muito importante no apoio ao trabalho de direcção as Comissões de organização, de fundos e propaganda devem ter outra regularidade e funcionamento, capazes de oferecerem os instrumentos para o reforço orgânico e para a intervenção do Partido.

3.3.9. Devemos prosseguir o objectivo de recriar e dar outro funcionamento as comissões para os Movimentos de Massas: Juventude, Bairros Municipais e Associações de Moradores, continuando a reforçar as comissões para os Reformados e o Movimento Associativo e Popular.

3.3.10. No mesmo sentido, devemos dar outra atenção e acompanhamento de frentes importantes como as Pessoas com Deficiência, Mulheres e Micro, Pequenos e Médios Empresários, como importantes para uma melhoria da intervenção de massas do Partido e ao aumento da sua influência entre estas camadas sociais.

3.3.11. Para que tal aconteça, as Comissões têm que ter um funcionamento regular com objectivos de trabalho definidos.

### **3.4. Estrutura e Estruturação**

3.4.1. A estruturação da organização é uma questão central para melhorar a ligação aos militantes, alargar o núcleo activo, reforçar a militância com reflexos positivos na política de fundos, nomeadamente a quotização. Permite ainda um melhor conhecimento dos problemas dos trabalhadores e populações potenciando o reforço da intervenção e acção política.

3.4.2. A actual estrutura da Cidade em três Zonas de área geográfica, Sector de Empresas e Célula do de Lisboa, funcionou desde a VI Assembleia de Organização.

3.4.3. A actual estrutura do Partido na Cidade precisou de ser repensada com o objectivo de, por

essa via, introduzirmos novas dinâmicas que potenciasses a intervenção do Partido na Cidade.

3.4.4. No seguimento das AO da Célula da CML e do Sector de Empresas da Cidade aprofundou-se a discussão sobre a estruturação, definindo novas prioridades e uma organização e distribuição de quadros coincidente.

3.4.5. Desde a última Assembleia de Organização autonomizaram-se do Sector de Empresas da Cidade os sectores das Grandes Superfícies, Hotelaria e Limpeza e Vigilância, a partir da análise sobre as soluções de estruturação que melhor respondessem às necessidades e objectivos do Partido na intervenção junto dos trabalhadores dos referidos sectores, de âmbito distrital.

3.4.6. Tendo-se verificado acertos na decisão de chamar directamente ao Executivo da Cidade as maiores organizações, numa solução mista com três Zonas e com as maiores freguesias directamente no Executivo (Alcântara, Ajuda, Benfica, SMMaior, Olivais e Penha de França), consolidou-se esta opção, integrando Carnide directamente no Executivo e procurando reforçar a presença de quadros ligados ao trabalho do Partido nas Empresas. Todavia, têm-se manifestado e colocado dificuldades ao trabalho de direcção e, nesse sentido, devem os organismos executivos avaliar da sua eficácia e evolução, assim como estudar das suas alterações.

3.4.7. A consolidação desta opção deve servir para continuar a aprofundar a estruturação do Partido, o que implica direccionar os quadros das Comissões de Freguesia para a direcção de Células de Bairro e outros organismos a estruturar nas freguesias.

### **3.5. A Batalha Ideológica**

3.5.1. A possibilidade encontrada, pela derrota do Governo PSD/CDS e pela nova correlação de forças na Assembleia da República, de abrir caminho à recuperação de direitos e rendimentos roubados, tem enfrentado uma violenta ofensiva política e ideológica, na qual avulta o recrudescimento da campanha dirigida contra o PCP e o seu papel na defesa e afirmação dos direitos dos trabalhadores e do povo.

3.5.2. Vivemos actualmente uma das maiores ofensivas ideológicas de que há memória, substancialmente apoiada nos meios de Comunicação Social ao serviço e propriedade do grande capital.

3.5.3. Seja no plano económico, onde se passa a ideia de que os problemas financeiros do País e da sua dívida têm origem nos gastos com as funções sociais do Estado e pelo suposto elevado nível de vida dos seus trabalhadores, mistificando desta forma a realidade e partindo dessa base para aplicar os mais brutais ataques aos direitos laborais e funções sociais do Estado, procurando liquidar conquistas históricas da classe operária, dos trabalhadores e do povo português.

3.5.4. No plano político, procurando passar a ideia de que todos os partidos são iguais, escondendo a real alternativa que representa o PCP, desvalorizando a luta organizada pelo Partido e Movimento Sindical Unitário, valorizando e estimulando os movimentos sem conteúdos de classe.

3.5.5. Este contexto de agressão ideológica, aprofundados pela degradação das condições de vida do nosso povo nos últimos anos, que aumentam as dificuldades de intervenção e organização colectiva, entravam o aumento da consciência de classe e a necessidade da politização da intervenção.

3.5.6. Assim a acção de esclarecimento, reflexão, estudo, defesa e reposição da verdade e afirmação dos valores da liberdade e da democracia, a emancipação dos povos, como as conquistas históricas das lutas dos trabalhadores, a luta antifascista, da afirmação e defesa da Constituição da República Portuguesa, a comemoração da Revolução de Outubro, da Revolução de Abril e das suas importantíssimas conquistas, assumem especial importância no nosso trabalho e intervenção.

3.5.7. Para além desta necessidade na nossa intervenção global, assume especial importância o trabalho de esclarecimento ideológico dentro da organização e entre os militantes, que não são imunes à intoxicação amplamente difundida pelos instrumentos ao serviço do grande capital.

3.5.8. É nesse sentido que devemos aprofundar a discussão sobre a formação ideológica de todos os militantes, sobre o uso e difusão da imprensa do Partido como instrumento de trabalho insubstituível e a produção e difusão da informação e propaganda a partir dos organismos do Partido.

### 3.5.9. Formação Ideológica

3.5.9.1. Grande parte desta formação é adquirida e forjada na luta, pela dialéctica da acção e da discussão colectiva, pela assumpção de responsabilidades e consequente controlo de execução, pela necessidade da intervenção regular na vida do Partido e da intervenção e tomada de posição política nos locais de trabalho ou no Bairro e movimento associativo onde temos que intervir.

3.5.9.2. Para além da promoção e do estímulo à leitura e o estudo dos documentos do Partido, devemos promover a formação ideológica dos nossos militantes e, de acordo com as linhas e orientação definidas centralmente para esta componente do nosso trabalho, definir os objectivos e os militantes aos quais se deve dirigir cada uma das acções, planificar cursos, acções de formação, debates, os seus tempos de realização e duração, conteúdos a desenvolver e local de realização, privilegiando a formação no local onde funciona a organização e de acordo com as rotinas de vida dos camaradas aí organizados.

3.5.9.3. Deve-se responsabilizar um quadro por organização pelo desenvolvimento desta tarefa, onde os Secretariados devem efectuar levantamentos de quadros para participação nas acções de formação realizadas pela Cidade, pela DORL e pela Escola do Partido, dando especial atenção aos últimos.

3.5.9.4. Nesse sentido, a preparação e discussão dos documentos do XX Congresso são de uma enorme importância no elevar do nível ideológico do colectivo partidário, questão essencial na luta pela democracia avançada com os valores de Abril no futuro de Portugal, pelo socialismo e o comunismo.

### 3.5.10 Imprensa do Partido

3.5.10.1. O “Avante!” e “O Militante” constituem instrumentos essenciais e insubstituíveis na vida e na actividade do Partido. Cada um por si e em conjunto, desempenham um papel fundamental quer na divulgação das opiniões, análises e orientações do Partido nos planos nacional e internacional, na troca de experiências, na batalha de ideias e na formação política e ideológica, na mobilização e estímulo para a acção dos militantes na valorização das lutas dos povos e dos trabalhadores, quer como veículos para o reforço orgânico do Partido e para a sua influência junto dos trabalhadores e das populações.

3.5.10.2. Dos dados apurados no balanço de organização 2015 verifica-se que na Cidade vendem-se 302 Avantes, distribuídos por 27 ADE's (Amigos Difusores Editoriais), e sendo distribuídos por 62 camaradas, e 136 Militantes. Assistimos assim a uma estagnação na difusão da Imprensa do Partido, para a qual teremos que encontrar formas criativas de ultrapassar. Tanto mais que, nas vendas especiais do “Avante!”, verificou-se um significativo aumento de venda de exemplares o que demonstra o potencial de crescimento na venda regular desde que devidamente acompanhada e estruturada pelas organizações.

3.5.10.3. A Imprensa do Partido deve merecer uma atenção muito especial nas organizações, responsabilizando camaradas por esta tarefa, fazendo o acompanhamento da venda, promover acções concretas de venda á porta de locais de trabalho, junto de mercados, de transportes públicos e outros locais de concentração de pessoas. Estimular a leitura individual dos militantes. Promover organicamente acções criativas, debates, conversas – sobre temas e artigos publicados no Avante e Militante.

3.5.10.4. Definir como objectivo central o aumento do número de exemplares vendidos e a criação de novas ADE's, sendo que se estabelece até final de 2016 um aumento de 20% da venda (para os 420) e, na sequência, o aumento do número de Avantes vendidos na Cidade tem de crescer a ritmo semelhante até à próxima Assembleia.

### 3.5.11 Informação e Propaganda

3.5.11.1. Para além de cuidarmos a formação ideológica e organização dos nossos militantes, factor fundamental para uma melhor e mais alargada e assertiva intervenção do Partido, temos ainda a tarefa maior da afirmação política do Partido e das suas posições e orientações e a ligação às massas através da informação, agitação e propaganda, única forma de romper com o silêncio imposto pela Comunicação Social à acção do Partido.

3.5.11.2. O principal esforço de divulgação das posições e das propostas do Partido no seio das massas depende da acção e da iniciativa política própria da organização, com uma correcta utilização dos meios próprios disponíveis. As vastas e diversificadas possibilidades de agitação, informação, propaganda e comunicação ao dispor da organização do Partido (produção e distribuição regular de comunicados, folhas informativas, boletins e presta contas, utilização da Internet, envio de notas à comunicação social, edição de faixas e cartazes, utilização de som, recurso a estruturas amovíveis, a realização de murais, o uso dos SMS e dos e-mail's) revelam um vasto campo de intervenção dos comunistas que é preciso potenciar e organizar.

3.5.11.3. O vasto conjunto de possibilidades disponíveis e outras ainda a desenvolver devem ter sempre presentes a prioridade de promover o contacto directo com os trabalhadores e as populações, através da realização de acções de agitação e propaganda, em locais de grande concentração populacional, procurando sempre introduzir elementos de novidade e criatividade que incrementem a interacção com as pessoas, usando e exercendo a liberdade de expressão consagrada na Constituição e que cada vez mais é usurpada e deturpada.

### **3.5.12. É orientação de trabalho:**

3.5.12.1. - Dar maior atenção ao trabalho e ao funcionamento da Comissão da Propaganda, dando-lhe actividade regular.

3.5.12.2. - Assegurar o bom funcionamento da SIP/Cidade, mantendo-a operacional, com os

meios adequados ao seu funcionamento, cuidando da coordenação e da descentralização de trabalho.

3.5.12.3. Dar especial atenção à imagem visual do Partido na Cidade, colocando de forma célere os materiais definidos para o efeito, a partir de equipas locais que respondam em conformidade com as necessidades de divulgação.

3.5.12.4. - Acompanhar de forma regular o sítio do Partido na Internet, disponibilizando nele a informação institucional (AML, CML e Freguesias) e a informação da actividade do Partido no País, no Distrito e na Cidade, concentrando assim toda a informação tornando-a mais acessível.

3.5.12.5. - Desenvolver fortemente a produção de informação, campanhas de propaganda e acções de esclarecimento sobre problemas dos trabalhadores e das populações, a partir da iniciativa própria das organizações.

3.5.12.6. - Dar continuidade à publicação do Jornal da Cidade.

### **3.6. Política de Fundos**

3.6.1. A importância da obtenção de fundos para o Partido tem que ser entendida por todos os militantes como uma tarefa política essencial, pois apenas através do seu bom desempenho é assegurada a fundamental independência financeira do Partido, permitindo suportar toda a actividade política desenvolvida, indispensável para o combate contra a exploração e às injustiças sociais e para a afirmação do projecto político alternativo que defendemos.

3.6.2. No entanto, há que ter em conta a existência de várias condicionantes no desenvolvimento desta tarefa, quer o envelhecimento da população em geral como o agravamento contínuo das condições de vida das populações e dos trabalhadores e o seu reflexo em toda a acção do Partido e em especial nesta tarefa. Há, assim, que reforçar toda a discussão e identificar os constrangimentos e todas as potencialidades que auxiliem e potenciem o avanço em cada situação.

3.6.3. Nos últimos anos tem havido um acentuado decréscimo na recolha de quotas, tanto mais

quando ainda nos situamos longe do objectivo definido de 80% de camaradas com quotas em dia.

3.6.4. A estrutura média das receitas nos últimos quatro anos foi: Quotização: 37%; Contribuições, incluindo as de eleitos: 37%; Iniciativas: 7%; e Bancas: 12%

3.6.5. Foram tomadas medidas de forma a criar uma estrutura que dê a esta tarefa mais suporte, tendo sido realizadas 3 reuniões da Comissão de Fundos da Cidade e algumas alargadas a mais camaradas. O funcionamento regular desta Comissão, apesar de insuficiente, foi apontado para quatro reuniões anuais, no mínimo. Não se tem conseguido avançar na criação de Comissões de Fundos e de Controlo Financeiro descentralizadas.

3.6.6. Embora tenham sido dados passos para tratar com o rigor necessário esta tarefa persistem dificuldades em dar passos consolidados para tratar com o rigor exigido os procedimentos que hoje a envolvem, seja na elaboração dos orçamentos e no seu controlo periódico, seja na prestação de contas nas datas definidas e de acordo com os seus procedimentos próprios.

### **3.6.7. Quotização**

3.6.7.1. Quanto ao recebimento da quota, apesar de se terem já dado passos significativos na discussão, muito por via da Campanha Nacional de Contactos, não se tem conseguido envolver o número necessário de camaradas de forma a atingir o objectivo de ter pelo menos um camarada para cada vinte militantes. Esta tarefa tem de ser discutida e entendida nas organizações e por todos os militantes como uma questão central e da máxima importância. Como auxílio a esta tarefa, há que fazer maior divulgação das diversas formas de pagamento da quota, quer por transferência bancária, débito directo e/ou uso dos dados que constam do cartão de militante.

3.6.7.2. Quanto aos objectivos definidos de atingir 80% de militantes com a quota em dia e a elevação do seu valor, tendo como elemento de referência 1% do rendimento mensal, importa esclarecer e promover a compreensão política do aumento e a recolha atempada da quota a cada militante, de forma a atingir o objectivo que uma

parte muito significativa das despesas fixas do Partido seja suportada pela quotização recolhida.

### **3.6.8. Contribuições**

3.6.8.1. Em relação à Campanha Nacional de Fundos “Mais espaço, Mais Festa. Futuro com Abril”, para adquirir a Quinta do Cabo e alargar o espaço da Festa do Avante!, que decorreu desde Outubro de 2014 até Abril de 2016, foram muitos os camaradas que, com a sua militância, alargaram e intensificaram contactos com militantes e amigos que contribuíram para esta campanha, na qual a organização na Cidade ultrapassou em 8 % a meta inicialmente estabelecida, potenciando um maior alargamento para futuras campanhas.

3.6.8.2. Cuidar do cumprimento do princípio estatutário que define que os membros do Partido eleitos ou nomeados em cargos públicos não devem ser prejudicados nem beneficiados pelo desempenho dessas tarefas, valorizando os resultados obtidos e acompanhando com mais rigor o cumprimento desse princípio. Há que salientar o exemplo de militância e a compreensão política que se reflecte no aumento do número de entregas das verbas que militantes e amigos recebem pela participação nas mesas de voto e continuar a acompanhar com rigor a concretização desse processo no futuro.

### **3.6.9. Iniciativas**

3.6.9.1. Aumentar a regularidade e diversidade da realização de iniciativas culturais, festas, excursões, almoços e outras que, para além da sua importância política, fortaleçam também a unidade e sejam tidos em conta os procedimentos e resultados financeiros.

### **3.6.10. São ainda orientações de trabalho:**

3.6.10.1. - Dar uma atenção mais rigorosa ao controlo das despesas correntes (água, electricidade, comunicações) bem como às despesas com viaturas e transportes, sendo exigido um maior rigor no seu controlo.

3.6.10.2. - Tomar medidas para o aumento da venda do Avante!, eliminando as sobras, para também, por este meio, aumentar as receitas.

### **3.7. Património e Centros de Trabalho**

3.7.1. Na Organização da Cidade de Lisboa existem 11 Centros de Trabalho, dos quais 4 são propriedade do Partido.

3.7.1.1. Nesse sentido, a par da constituição e funcionamento regular das Comissões de CT, é orientação trabalhar para diminuir as despesas dos Centros de Trabalho e estabelecer como objectivo rentabilizar os custos e zelar pela sua conservação de forma a torná-los mais atractivos para melhor desenvolvermos a nossa actividade política, melhorando o seu funcionamento, criando melhores condições de trabalho e de convívio, cuidando da sua imagem exterior e interior.

### **3.8. Festa do Avante!**

3.8.1. A Festa do Avante! é, sem dúvida, a Festa do Portugal de Abril, a maior iniciativa política e cultural do País, espaço no qual se vivem fraterna e solidariamente os valores de Abril, valores intrínsecos ao Partido e aos seus militantes, e que desde a sua concepção e construção se estende também aos amigos do Partido.

3.8.2. Na preparação e realização da Festa, são variadas as tarefas atribuídas às Organizações da Cidade de Lisboa, que se reúnem numa Comissão para dar resposta a esta frente de trabalho. Mostra a experiência que esta Comissão deve continuar a funcionar, sendo no entanto necessário procurar reforçar a participação e o envolvimento de todas as Organizações na Comissão.

3.8.3. Certo é que, devido à dimensão da Organização da Cidade dentro da ORL e à proximidade de Lisboa ao espaço da Festa, estão-lhe exigidas elevados níveis de participação, na divulgação, construção e realização da Festa, o que nem sempre se revela de fácil execução. Ainda assim, é de valorizar o esforço que as Organizações têm levado a cabo.

#### **3.8.4. É orientação de trabalho:**

3.8.4.1. - Prosseguir o reforço da Comissão da Cidade, com maior participação das Organizações

nas reuniões, que devem ser mais regulares, dando cumprimento às tarefas que são atribuídas à Cidade ao longo do ano.

3.8.4.2. – Planear atempadamente a divulgação da Festa e da venda da EP, com a realização de iniciativas próprias e bancas de rua, aproveitando sempre que possível a existência do Estúdio Móvel da Festa, nunca perdendo de vista a importância que a venda antecipada da EP tem enquanto principal contributo financeiro para a realização da Festa.

3.8.4.3. – Realizar anualmente a Festa da Cidade para a divulgação da Festa do Avante!, envolvendo todas as Organizações no seu planeamento e execução.

3.8.4.4. - Garantir um maior envolvimento das Organizações e dos amigos nas Jornadas de Trabalho, calendarizando trabalhos e mobilizando o maior número de militantes e amigos para a construção da Festa e para os turnos necessários ao seu funcionamento.

.....

**Será sempre com os trabalhadores e o povo da Cidade de Lisboa, com a sua luta, intervindo para construir uma Lisboa de Abril, dos seus Bairros, promovendo a sua identidade, características e tradições, desenvolvendo a capacidade e a vocação produtivas, reabilitando o seu edificado e o seu património histórico, mantendo a sua população, defendendo e promovendo os serviços e o emprego público, defendendo o direito ao Trabalho, à Habitação, à Cultura, ao Desporto, ao Lazer para todos que, confiantes e firmes, prosseguiremos a acção de todos os dias, de olhos postos no futuro, pela ruptura com a política de direita, pela construção da política patriótica e de esquerda, pela democracia avançada, pelo socialismo e o comunismo.**

#### FONTES

(\*1) *INE 2015*

(\*2) *Censos 2015*

(\*3) *INE 2016*

(\*4) *Autoridade Tributária de 2012*

(\*5) *GEBALIS 2015*

(\*6) *Pordata 2014*

(\*7) *Autoridade Tributária de 2012*